

**Universidade Federal do Paraná**

O conceito de civilização na Antiguidade Tardia romano-oriental: a proposta de Justiniano e as idealizações de Cosme Indicopleustes (séc.VI).

Curitiba

2010

**Walter Oliveira Lossio Junior**

O conceito de civilização na Antiguidade Tardia romano-oriental: a proposta de Justiniano e as idealizações de Cosme Indicopleustes (séc.VI).

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em História ao setor de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

Orientador: Renan Frighetto.

Curitiba  
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

---

- L881c Lossio Junior, Walter Oliveira, 1983-  
O conceito de civilização na Antiguidade Tardia romano-oriental [manuscrito] : a proposta de Justiniano e as idealizações de Cosme Indicopleustes (séc. VI) / Walter Oliveira Lossio Junior. – 2010.  
84 f. : il. [algumas color.] ; 30 cm.  
Impresso.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de História, linha de pesquisa: Cultura e poder, 2010.  
“Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto”.  
Bibliografia: f. 80-84.  
1. Relações culturais. 2. Justiniano I, Imperador Bizantino, 483?-565. 3. Civilização oriental - História. I. Universidade Federal do Paraná. II. Frighetto, Renan. III. Título.

CDD: 909

*O império romano participa, então, na dignidade do Reino Divino, já que transcende – o máximo possível nesse plano de existência – qualquer outro poder. Portanto, nunca será conquistado, já que Ele disse que esse reino não será destruído **jámais**.*

Cosme Indicopleustes, comparando o reino romano como o equivalente terrestre ao reino dos céus.

À minha mãe e irmã, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao professor, mentor e amigo Renan Frighetto, pela ajuda fundamental durante todo o processo de confecção deste trabalho.

Às professoras Aline Silveira, Fátima Fernandes e Marcella Guimarães, pelos comentários feitos durante a qualificação e a defesa, sem os quais a versão final desse trabalho não seria possível.

Aos meus amigos, pela compreensão durante os momentos de ausência.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	6
CAPÍTULO I - Oriente e Ocidente, mais do que simples conceitos geográficos .....	7
1. Introdução .....	7
2. Revisão Historiográfica .....	14
3. Tipologia e histórico de análises da fonte.....	20
CAPÍTULO II - O Contexto Romano Oriental: a união entre religião e política .....	27
CAPÍTULO III - Viajantes: aproximando o Ocidente e o Oriente.....	39
CAPÍTULO IV - Civilização, a verdadeira fronteira entre o Ocidente e o Oriente .....	49
1. O Conceito de Civilização .....	49
1.1. Dos gregos aos romanos .....	49
1.2. O conceito de civilização na fonte proposta .....	59
ANEXOS.....	71
Figura 1. Desenhos de Cosme, do 1 ao 8.....	71
Figura 2. Desenhos de Cosme, 9 e 10.....	72
Figura 3. Desenhos de Cosme, do 11 ao 21.....	73
Figura 4. Desenhos de Cosme, do 22 ao 27.....	74
Explicação dos desenhos de Cosme.....	75
Figura 5. Obelisco de Axum.....	77
Figura 6. Mapa da <i>Renovatio Imperium</i> .....	77
Figura 7. Mapa das principais Rotas da Seda.....	78
Figura 8. Sítios arqueológicos na Índia onde foram encontradas moedas romanas. ..	78
Figura 9. Mapa do Périplo do mar da Eritrêa.....	79
Figura 10. Rotas descritas e utilizadas por Cosme Indicopleustes.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	80

## RESUMO

### **O conceito de civilização na Antiguidade Tardia romano-oriental: a proposta de Justiniano e as idealizações de Cosme Indicopleutes (séc.VI).**

Autor: Walter Oliveira Lossio Junior

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Trabalhar com qualquer tema relacionado à porção Oriental de nosso planeta não é das tarefas mais fáceis. As fontes são menos conhecidas, as traduções nem sempre são confiáveis, entre outras várias questões. Tudo isso diminuí, consideravelmente, os parâmetros de comparação tão úteis em qualquer estudo historiográfico. Felizmente, estas restrições são cada vez “menos respeitadas” e diversos autores procuram contornar estes problemas e produzir obras que recolocam o Oriente no mapa.

A fonte primária desta dissertação provém de três manuscritos diferentes. O primeiro, encontrado no século IX, foi primeiramente chamado de *Vaticanus*; os outros dois, ambos encontrados no século XI, foram inicialmente denominados *Sinaiticus* e *Laurentianus*. Muito se discute sobre a integridade da obra. Alguns autores consideram que estes três manuscritos são partes de obras distintas, mas como não se encontrou mais nenhuma produção literária deste mesmo autor, fez-se regra compilar e editar estes três manuscritos como uma única obra, a “Topografia Cristã”, escrita por um viajante e comerciante alexandrino denominado Cosme Indicopleustes, ou Cosme, o navegador do Índico.

A obra deixada por ele relata toda uma ideologia político-cultural do contexto de seu autor. A unificação da fé católica sob a tutela de Constantinopla, proposta política e religiosa promovida por Justiniano, aparece no texto na visão própria e singular de Cosme, demonstrando que este aspecto se encontrava fortemente inserido na cultura interna do Império Romano Oriental. Cosme é um paradigma inevitável entre os pensamentos científico e religioso. Utiliza-se de fatos, dados matemáticos e inúmeros outros artifícios quando estes o favorecem, mas sempre manipula os resultados para que nunca ultrapassem suas pré-concepções retiradas diretamente das Sagradas Escrituras.

A obra foi escrita durante o reinado de Justiniano (527 – 565), imperador nascido em Skopje, na região da Macedônia e sobrinho do imperador Justino, que havia chegado ao trono por meios militares. Foi educado em Constantinopla e viu o conflito com o Ocidente atingir seu ápice, com a perseguição de seu tio as seitas heréticas cristãs. É, também, personagem considerado por muitos como o último imperador do Império Romano do Oriente e o primeiro do Império Bizantino. Este período de transição transpareceu em seus atos políticos. Foi com Justiniano que aconteceu a última tentativa de uma política de reunificação dos antigos territórios do Império Romano, além de representar a primeira vez que esta iniciativa partia do lado oriental do território. A “*Renovatio Imperium*” foi um audacioso projeto de reconquista dos territórios ocidentais (como a Península Itálica e o Norte da África) e de expansão aos territórios orientais, representados imediatamente pelos maiores rivais dos bizantinos, os Persas da dinastia Sassânida. Resgatava-se uma velha ideologia ante ao Ocidente, qualquer território uma vez romano é, para sempre, inalienável do império.

Palavras chave: Cosme Indicopleustes; Justiniano; Civilização; Império romano; Relações culturais.

## ABSTRACT

### **The concept of civilization in the Eastern Roman Late Antiquity: the proposal of Justinian and the idealizations of Cosmas Indicopleutes (6<sup>th</sup> century).**

Author: Walter Oliveira Lossio Junior

Advisor: Prof. Dr. Renan Frighetto

Work with any theme related to the Eastern portion of our planet isn't the easiest task. The sources are mostly unknown, the translations aren't always reliable, among other various issues. All of this considerably decreases the comparison parameters so useful in this kind of study. Fortunately, these restrictions are becoming "less respected" and several authors are seeking to ignore these problems and produce works that re-established the East on the map.

The primary source of this dissertation comes from three different manuscripts. The first, found in the ninth century, was first called *Vaticanus*, the other two, both found in the eleventh century, were originally called *Sinaiticus* and *Laurentianus*. Still, there are debates about the integrity of the work. Some authors consider that these three manuscripts are parts of different works, but as wasn't found any more production of the same author, these three manuscripts are normally compiled and edited as a single work, named the "Christian Topography", written by an Alexandrian merchant and traveler named Cosmas Indicopleustes or Cosmas, the navigator of the Indian Ocean.

The work represents the entire political ideology and cultural context of its author. The unification of the Catholic faith under Constantinople, religious and political proposal promoted by Justinian, appears in the text on the unique vision of Cosmas, demonstrating that this was firmly inserted in the internal culture of the Eastern Roman Empire. Cosmas is an inevitable paradigm between scientific and religious thoughts. He uses facts, mathematical data and others procedures, when they favor him, but always manipulate the final results so they never exceed his preconceptions taken directly from the Holy Scriptures.

The work was written during the reign of Justinian (527-565) emperor born in Skopje, Macedonia, and nephew of the previous emperor Justin, who came to the throne by military means. He was educated in Constantinople and saw the conflict with the West reaches its climax with the persecution of the heretical Christian sects by his uncle. Justinian is, also, considered by many as the last emperor of the Eastern Roman Empire and the first of the Byzantine Empire. This transition period appears in his political acts. With Justinian occurred the last reunification attempt of the former territories of the Roman Empire and the first time that this initiative started from the eastern side of the territory. The "*Renovatio Imperium*" was an ambitious project to reconquer the western territories (such as the Italian Peninsula and the North of Africa) and expand to the Eastern territories, occupied by the greatest enemies of the Eastern Roman Empire, the Persian Sassanid dynasty. That was the representation of an old ideology well known to the Romans, any territory once a part of the empire is forever inalienable.

Keywords: Cosmas Indicopleustes; Justinian; Civilization; Roman Empire; Cultural relations.



## CAPÍTULO I

### Oriente e Ocidente, mais do que simples conceitos geográficos

#### 1. Introdução

Se existe uma divisão enraizada em nosso mundo atual essa é, sem qualquer sombra de dúvida, a divisão entre Oriente e Ocidente.

Ela é tão comum no imaginário social que parece ser absoluta, criada muito antes da própria humanidade, ou mesmo refletir uma verdade que não gera qualquer dúvida e, portanto, não necessita nenhuma reflexão sobre sua aplicação. São duas grandes unidades territoriais, culturais, sociais, entre outras características, que sempre existiram e sempre se contrapuseram, gerando em cada uma delas um desconhecimento crônico sobre a outra.

Isso não é verdade.

Primeiramente é necessário se dizer que esses conceitos são, sim, criados e aplicados pelos Homens. Como debate Edward Said: “(...) o Oriente não é um fato inerte da natureza. Ele não está simplesmente ali, assim como o Ocidente tampouco está apenas ali”<sup>1</sup>. Ambos foram criados para designar espaços divididos pelos próprios seres humanos e os quais adquirem essas diferenciações apenas quando colocados em evidência no contexto pelo qual estão sendo analisados. O Oriente sempre foi a idealização do ocidental para a figura do “outro”, e vice-versa. Como se uma linha imaginária dividisse não apenas esses dois extremos geográficos, mas também o modo de pensar, agir e reagir de dois grandes grupos de sociedades que, além de se espelharem na negação da outra, constituem um bloco homogêneo dentro de suas próprias fronteiras.

Essa é a segunda grande idealização ingênua dessa ideia.

Pensar no Ocidente e no Oriente como dois grandes blocos homogêneos é uma das maiores generalizações que se pode ser feita. No entanto, é conceito primordial para a ideia da contraposição dessas partes. Afinal, se existe um “outro”, é necessário que todos aqueles que não fazem parte desse grupo sejam iguais, caso contrário a divisão se

---

<sup>1</sup> SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. Pg. 13.

tornaria ineficiente. Essa visão é bastante forte no Ocidente, que tem uma facilidade maior de se identificar como um bloco único. A contraparte Oriental, até por ser, conceitualmente, uma idealização da contraparte Ocidental, tem grandes dificuldades de se visualizar da mesma maneira, ou mesmo de conceber a sua antítese no Ocidente como um todo. Mas ambas as agregações são ideias de fácil contestação. Não se pode imaginar apenas um Ocidente da mesma maneira que não se pode imaginar apenas um Oriente. As sociedades que constituem esses blocos são muito diferentes e possuem conceitos próprios sobre essa separação. Contudo, essa noção de vários Ocidentes e vários Orientes novamente interfere na idealização do “outro”. Pois a partir do momento que se cria a possibilidade de aceitar diversos “outros”, parte-se para o princípio que podem existir vários “não outros” e aceitar essa ideia enfraquece o bloco que se deseja ilustrar com a contraposição das partes. Essas “*rubricas falsamente unificadoras*”<sup>2</sup>, como “Islã”, “Cristianismo”, “Oriente”, “Ocidente” e tantas outras, são artifícios de contraposição usadas por toda a história para embasar conflitos que dificilmente possuem motivos unicamente ideológicos.

Para o Ocidente, o Oriente também foi sempre a origem e o destino.

Era no Oriente que se localizavam as maiores riquezas e os reinos lendários, como o reino de Prestes João, ou o próprio Jardim do Éden. Não é difícil entender essa percepção. Um fator importante para essas localizações lendárias é, simplesmente, o desconhecimento. Partindo da premissa que no Ocidente todos os territórios eram conhecidos e esses locais não se encontravam em lugar nenhum<sup>3</sup>, só poderiam estar no Oriente, lugar existente, mas não completamente conhecido. Quanto às riquezas, a relação é mais direta ainda, afinal, o Oriente era, de fato, o local com o qual os ocidentais realizavam o seu comércio mais lucrativo. Reconhecidamente cada vez mais remoto, esse contato comercial entre as partes precisava gerar rendas abundantes, pois o custo e a periculosidade de contatos tão distantes só poderiam ser assegurados caso o retorno fosse satisfatório. Cria-se então a ideia de que se o comércio de pequenas quantidades de itens orientais rendia tanto para os ocidentais, as riquezas que aqueles deveriam ter (com a abundância de material que possuíam em seus próprios territórios) fosse algo inimaginável. Dificilmente se refletia que, para os orientais, o comércio com os ocidentais era a fonte de imensas riquezas. Essa idéia iria se tornar ainda mais forte

---

<sup>2</sup> Idem. Pg. 25.

<sup>3</sup> Fato que comprova esta teoria é o próprio deslocamento destas lendas para a América, assim que esta foi colonizada.

com o colonialismo do século XIX, que transformou as sociedades orientais nas mais ricas e importantes colônias européias<sup>4</sup>.

No entanto, essa aproximação comercial nunca refletiu aos outros âmbitos sociais de ambas as partes proporcionalmente. Por isso, trabalhar com qualquer tema relacionado à porção Oriental de nosso planeta não é das tarefas mais fáceis. As fontes são menos conhecidas, as traduções nem sempre são confiáveis, entre outras várias questões. Tudo isso diminuí, consideravelmente, os parâmetros de comparação tão úteis em qualquer estudo historiográfico. Felizmente, estas restrições são cada vez “menos respeitadas” e diversos autores procuram contornar estes problemas e produzir obras que recolocam o Oriente no mapa<sup>5</sup>.

Antes de tudo é interessante pontuar o conceito aqui utilizado da palavra “Oriente”. Se este fosse um trabalho geográfico, a divisão oriente/ocidente seria muito simples, tendo como o marco divisor o meridiano de Greenwich, na Inglaterra. No entanto, quando se analisam culturas, essa divisão é muito mais flexível. A Austrália, por exemplo, geograficamente se localiza no “extremo oriente”, mas é herdeira de uma cultura ocidental e a reproduz em seu território, sendo considerada, por conseguinte, parte do mundo ocidental. Portanto, esta divisão no âmbito cultural possui outro marco divisor, o território que atualmente chamamos de Europa e, que mais especificamente no contexto deste trabalho, poderíamos chamar de civilizações mediterrânicas.

Apesar de parecer apenas uma escolha de termos, caracterizar as civilizações mediterrânicas como “Europa” simboliza muito mais do que uma divisão geográfica. O termo Europa é utilizado de diversas maneiras distintas há algum tempo na historiografia. O próprio Heródoto, ao comentar possivelmente os mapas de Hecateo de Mileto, divide o mundo em três partes, Europa, Ásia e Líbia<sup>6</sup>. O autor cita a dificuldade de estabelecer os limites geográficos deste território, mas utiliza um nome previamente estabelecido e com raízes na mitologia grega<sup>7</sup>. O historiador romano Flávio Josefo e o “Livro dos Jubileus” – texto apócrifo, também conhecido como “Pequeno Gênesis”, que

---

<sup>4</sup> Idem. Pg. 27.

<sup>5</sup> Um estudo mais completo destes autores e de suas referidas obras será feito na revisão historiográfica deste trabalho.

<sup>6</sup> *HERODOTUS. History. Vol. III. London: John Murray, 1862. Book IV. Pg. 32.*

<sup>7</sup> Na mitologia grega, Europa era a filha do rei da Fenícia, Agenor, e irmã de Cadmo. Foi raptada por Zeus que se disfarçou de touro para que sua ciumenta mulher, Hera, não percebesse. Então, levou Europa para Creta, onde desembarcou na praia de Matala. Cadmo, ao procurá-la funda a cidade de Tebas. Em Creta, Europa teve três filhos: Minos, Radamanto e Sarpédon. Mito que, inclusive, liga o conceito de Europa a própria origem do povo grego.

aborda os mesmos assuntos do gênesis bíblico, com ênfase nos três patriarcas de Israel – também utilizam o termo Europa, já estabelecendo limites territoriais, como as Colunas de Hércules (no estreito de Gibraltar, divisa com a Líbia - África) e o rio Don (na divisa com a Ásia)<sup>8</sup>. Depois, o conceito de Europa seria fortemente conexo ao de cristandade ocidental, ou seja, dos territórios de dominação cultural romano-cristã e germânica constituindo a Hispania, a Britannia, a Germania, o reino de França e as regiões do norte alpino e centrais da península itálica<sup>9</sup>. Entretanto, com a descoberta da América e a consequente cristianização do continente, a definição de Europa correlacionada à cultura cristã precisava ser revista<sup>10</sup>, já que o critério adotado anteriormente já não era mais de possível aplicação prática. Esse problema foi resolvido apenas em 1730, quando o geógrafo e cartógrafo sueco Von Strahlenberg propôs que os limites territoriais da Europa a leste fossem os montes Urais, proposta aceita e utilizada até os dias atuais<sup>11</sup>. Essa alternância de significados explicita a dificuldade de utilizar o conceito sem as devidas precauções. Atualmente o conceito de Europa aparece ainda mais limitado, pois remete ao bloco econômico, jurídico e cultural da União Européia.

Por esses motivos citados que este trabalho não irá se referir aos territórios como europeus, e sim mediterrânicos. Afinal, esta ideia de unidade cultural e territorial ainda não estava presente nessas sociedades durante o contexto aqui abordado. O mar mediterrâneo, por fim, constituía sim o centro de atividade cultural e econômico desse mundo, tornando muito mais significativo como delimitador territorial e cultural desse universo.

Por isso a ideia de Ocidente não está ligada exclusivamente a uma questão territorial ou mesmo ao conceito perigosamente anacrônico de Europa. Ocidente são as culturas que direta, ou indiretamente, foram fortemente influenciadas pela cultura greco-romana (não a toa são estas as duas culturas chamadas de marco zero do ocidente); consequentemente, Oriente são as “outras culturas”, e este termo não é usado aqui, de forma alguma, de maneira pejorativa, mas foi escolhido por representar exatamente o que estas culturas significaram, historicamente, aos olhos ocidentais, “os outros”.

---

<sup>8</sup> FRANXMAN, Thomas W. **Genesis and the Jewish antiquities of Flavius Josephus**. Rome: Biblical Institute Press, 1979. Pgs. 101 e 102.

<sup>9</sup> CANTOR, Norman F. **The Civilization of the Middle Ages**: completely revised and expanded edition of Medieval history, the life and death of a civilization. New York: Harper Perennial, 1993. Pg. 185.

<sup>10</sup> LEWIS, Martin W. & WIGEN, Kären E. **The myth of the continents**: a critique of metageography. Los Angeles: University of California Press, 1997. Pgs. 23-25.

<sup>11</sup> Idem. Pgs. 27 e 28.

Apesar de parecer, agora, uma questão resolvida, existe outro conceito importante a se considerar. O que, afinal, seriam estas citadas *culturas ocidental/oriental*? Mesmo nos dias atuais esta é uma questão bastante controversa, afinal existe um grande embate ideológico entre a criação de culturas nacionais que devem ilustrar os costumes de uma nação específica em contrapartida de uma globalização cada vez maior e uma conseqüente perda da identidade local. Se esta questão permanece como uma das grandes questões a serem discutidas na atualidade, é de se esperar uma dificuldade ainda maior de definição em uma época em que a noção de *nação*, como a que temos hoje, simplesmente não existia e um império possuía territórios extensíssimos e uma área de influência cultural ainda maior. O império supracitado é o romano e a cultura, a greco-romana.

Que esta é a cultura inicial do que costumamos chamar de Ocidente, pouco se discute, mas até onde atuava seu raio de influência é, ainda, ponto flexível na maioria dos debates sobre o tema. No interior do território imperial pouco se contesta a importância desta, pois mesmo em territórios que preservavam sua cultura original, ou seja, a anterior à da colonização romana, um forte legado político<sup>12</sup>, ou mesmo tradições populares de mútua influência (colonizadores e colonizados)<sup>13</sup> estavam, ao menos, presentes no cotidiano destas populações. No entanto, seu raio de influência era consideravelmente maior do que os limites territoriais. Ainda mais após o ano de 380, no qual foi promulgado, pelo imperador Teodósio, o Édito de Tessalônica, que tornava o cristianismo a religião oficial do Império. Com esta oficialização, as áreas de influência da cultura romana e a do cristianismo se confundiram, sendo difícil saber qual era o real alcance de cada uma delas. É com Teodósio, também, que acontece a formalização de um fato que complicaria ainda mais qualquer tentativa de entendimento desta situação. Ao morrer, em 395, ele divide o território do império entre seus dois filhos, Arcádio e Honório. Esta foi o início da divisão do próprio termo “grego-romano”. Se inicialmente ambos os lados se diziam defensores da tradição de Roma (que, por sua vez, era a herdeira da tradição grega), com o passar do tempo os lados começam a se distanciar, com o Ocidente privilegiando a tradição latina e o Oriente a grega<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> VEGA, M. J. H. de la. **Algunas reflexiones sobre los limites del oikoumene en el Imperio Romano**. In: Gerión, 23, n. 1, 2005. Pg 275.

<sup>13</sup> PLÁCIDO, Domingo. **La chora y la oikouméne**: la proyección geográfica del mundo colonial. In: Gerión, n. 15, 1997. Pg. 79.

<sup>14</sup> Fato bastante influenciado, também, pela “queda de Roma”, em 476.

Esta divisão territorial trouxe, inclusive, outro problema à tona, que a primeira vista pode parecer bastante superficial, mas que colocado em seu devido contexto, adquire muita importância, ainda mais em um trabalho como este que se propõe a discussão de conceitos. Mesmo com a separação institucional<sup>15</sup> entre Roma e Constantinopla as duas porções ainda eram chamadas de Império Romano, o Ocidental e o Oriental, respectivamente. Mas um novo termo logo surgiu para denominar a porção Oriental, Império Bizantino. Porém, o exato momento e que o território com centro em Constantinopla deixa de ser Romano para se tornar Bizantino é alvo de diversas discussões no meio historiográfico.

Alguns autores, como José Marín Riveros<sup>16</sup>, datam o início do império bizantino contemporaneamente a própria construção da cidade de Constantinopla. Apesar de parecer um conceito estranho, já que em 330 o império romano ainda era institucionalmente unificado, é uma ideia que tem tido algum apelo atualmente. Como são categorizações feitas posteriormente à data estudada, considera-se que império romano (oriental ou mesmo como um termo completo) e império bizantino não são termos excludentes entre si, podem existir na mesma época, apenas ilustrando certas particularidades. Outros autores, como Diehl, Ostrogorski, Vasilev, Lemerte e Brehier<sup>17</sup> datam esta transição exatamente na divisão institucionalizada promovida por Teodósio, no século IV. O motivo desta é bastante claro, afinal, no momento em que o território deixa de ser único, contando, inclusive, com governantes e instituições específicas, torna-se um bom marco da divisão da própria ideia de romanização. Mas a ideia do que Roma representava não abandonou tão rapidamente a porção oriental do império e, a grande maioria dos historiadores, ainda tenta posicionar esta divisão de nomes em alguns dos futuros imperadores. Um dos mais utilizados para este fim é justamente um dos personagens que este trabalho tem como foco, Justiniano. Por muitos<sup>18</sup> ele é considerado como o último imperador romano oriental<sup>19</sup> e esta escolha é bastante

---

<sup>15</sup> Friso a palavra “institucional”, pois a divisão entre estas cidades já era muito anterior a morte de Teodósio. Logo na construção de Constantinopla, com Constantino em 330, esta adquire um papel bastante diferente da antiga Roma. A aproximação das duas nunca foi efetiva, alternando, apenas, com momentos de menor distância.

<sup>16</sup> RIVEROS, J. M. & HERRERA CAJAS, H. **El Império Bizantino**: introducción histórica y selección de documentos. Nea Hellás, Serie Byzantini Historia I. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 1998. pg. 15.

<sup>17</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina**. São Paulo: Ed. Das Américas, 1961. pg. 12.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> LOT, Ferdinand. **O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média**. São Paulo: Edições 70, 2008. pg. 296.

justificável. Justiniano é o último imperador que tenta levar a cabo a reunificação da antiga Roma através de seu projeto denominado *renovatio imperium*; ele é o último imperador a legislar, oficialmente, em latim; e principalmente, o último a exigir o latim como língua oficial do território<sup>20</sup>. Ainda existem outros marcos propostos, como o reinado de Leão Isáurico (717 – 740) ou o ano 800 (advento de Carlos Magno no Ocidente). Mas este trabalho não resolve esta questão e sequer almeja este feito. Utilizar-se-á, neste, o termo “império romano oriental” por alguns motivos. O primeiro e mais direto é por ser a forma como as fontes aqui estudadas se referem ao seu contexto. Outra razão tem sua explicação na temática aqui proposta. Como esta dissertação tem como ponto central a discussão da ideia de civilização, é ponto comum partir da ideia original proposta pelos autores das fontes. Mesmo na porção oriental, e ainda muito após Justiniano, a ideia de civilização apresentada estava intimamente ligada com o termo romano *civilitas*. Mesmo quando se utiliza o termo grego, *oikoumene*, ainda assim este é uma sombra da tradição grega projetada e resgatada pela tradição latina, sendo a antiga Roma, ainda, o grande exemplo a ser seguido. Mudava-se apenas o foco.

---

<sup>20</sup> KAPLAN, M.; DUCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 48.

## 2. Revisão Historiográfica

Como citado na introdução desta dissertação, as obras sobre o território oriental do mundo, e mesmo da porção oriental do próprio Império Romano, são bem menos numerosas quando comparadas com as do Ocidente. Contudo, alguns autores, principalmente no leste europeu, desde o século XIX têm resgatado a tradição dos estudos sobre este tema. Esta tradição de estudos orientais por autores russos não é difícil de compreender. A Rússia por muito tempo se considerou herdeira de Constantinopla, por ser a nova sede da Igreja Ortodoxa. Moscou era chamada de terceira Roma e os próprios imperadores adotavam o título de *Czar* (César)<sup>21</sup>.

Mas os estudos, mesmo que ainda muito raros, começaram algum tempo antes. Já no século XVII, o francês Charles Ducange (1610 – 1688) inicia a tradição de estudos científicos sobre o tema. Essa preocupação do autor é ilustrada principalmente nas suas obras “*Glossarium mediae et infimae latinitatis*”<sup>22</sup> e “*Glossarium ad scriptores mediae et infimae Graecitatis*”<sup>23</sup> nas quais, ao buscar uma totalidade quase universal, como bastante comum no período, o Oriente assume uma igualdade de importância nos estudos promovidos. Sua importância foi tão grande que, não sem motivos, suas obras são frequentemente citadas por Edward Gibbon (1737 – 1794), historiador e autor do eterno clássico “*The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*”<sup>24</sup>.

No entanto, este foi um caso isolado. Logo no século seguinte, com o advento do iluminismo, os estudos sobre uma “civilização ligada à religião”<sup>25</sup> (como o império romano oriental era facilmente associado) logo entraram em grande decadência, pois essa característica, para os iluministas, relacionava-se diretamente a um “período de trevas” e qualquer estudo referente a este assunto não era digno que grandes atenções.

No século XIX, com o romantismo<sup>26</sup>, um novo interesse (e desta vez não representado apenas por um caso isolado) pelo império romano oriental cresceu no meio historiográfico. George Finlay (1799 – 1875), historiador britânico de ascendência

<sup>21</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina...** pg. 14.

<sup>22</sup> Disponível na Biblioteca digital da universidade de Stanford < [http://standish.stanford.edu/bin/search/advanced/process?clauseMapped\(catKey\)=612209&sort=title](http://standish.stanford.edu/bin/search/advanced/process?clauseMapped(catKey)=612209&sort=title) > Último acesso em 07/09/2009.

<sup>23</sup> Disponível na Biblioteca Digital de estudos modernos gregos < <http://anemi.lib.uoc.gr/metadata/f/4/b/metadata-01-0000493.tkl> > Último acesso em 07/09/2009.

<sup>24</sup> GIBBON, Edward. **The History of the Decline and Fall of the Roman Empire.** Londres: Orion Publishing, 2005.

<sup>25</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina...** pg. 16.

<sup>26</sup> Ibid. pg 17.



escocesa, é um dos exemplos deste período. Muito interessado sobre a cultura grega, escreve sobre esta no período de dominação romana, abrangendo, obviamente, grande parte do império romano oriental. Com sua obra “*Greece under the Romans*”<sup>27</sup> estabelece um grandioso estudo da condição de uma cultura grega nos tempos de conquistas romanas. Deste período também se destacam autores gregos, como Constantine Paparrigopulos (1815 – 1891) e Spyridon Lambros (1851 – 1919). O primeiro é considerado por muitos como fundador da historiografia grega moderna, sua monumental obra dividida em seis volumes “*History of the hellenic nation*”<sup>28</sup> é o produto final de anos de estudos sobre o tema, já iniciados em obras anteriores, como “*Elements of general history*” e “*General history*” e, portanto, bastante abrangente em sua totalidade. O segundo, bastante envolvido com a política, foi nomeado brevemente como primeiro ministro grego (1916 – 1917). Professor de história da Universidade de Atenas, sempre se interessou pela história e cultura de seu país. Ao buscar a formação inicial destas, funda na academia um movimento denominado *Neos Hellenomnemon*, que desenvolvia estudos que focavam principalmente os períodos de dominação romana e otomana na Grécia.

Ainda entre os representantes de uma historiografia do século XIX podemos citar alguns alemães (nascidos na antiga Prússia). Barthold Georg Niebuhr (1776 – 1831), historiador (professor da Universidade de Berlim) e político (chegou a ser diretor-chefe do Banco Nacional) teve uma prolífica vida acadêmica e diplomática. Sua obra sobre a história de Roma<sup>29</sup> foi concebida durante o período no qual atuou como embaixador na capital italiana. Apesar de basear seus estudos na historiografia latina, principalmente pela vasta leitura de Cícero, participou juntamente com o filologista e filósofo alemão, August Bekker (1785 – 1871)<sup>30</sup>, de estudos voltados a uma cultura helenística. Outro que se destaca neste sentido é Ferdinand Gregorovius (1821 – 1891), historiador especialista em Roma medieval. Sua obra que mais chama atenção neste sentido é, sem dúvida, a “*Geschichte der Stadt Athen im Mittelalter. Von der Zeit*

<sup>27</sup> FINLAY, George. **Greece under the Romans**: a historical view of the condition of the greek nation from its conquest by the romans until the extinction of the roman power in the east. Disponível no Google Books em < [http://books.google.com.br/books?id=zx9-vUE6HF8C&dq=greece+under+the+romans&printsec=frontcover&source=bl&ots=gLr1ypURM\\_&sig=bzTiv4X\\_HLM5Q9GvP0XFYEH7PU&hl=pt-BR&ei=73-1SpbqF6ad8Qas6tzdDw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com.br/books?id=zx9-vUE6HF8C&dq=greece+under+the+romans&printsec=frontcover&source=bl&ots=gLr1ypURM_&sig=bzTiv4X_HLM5Q9GvP0XFYEH7PU&hl=pt-BR&ei=73-1SpbqF6ad8Qas6tzdDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1#v=onepage&q=&f=false) > Último acesso em 07/09/2009.

<sup>28</sup> PAPARRIGÓPOLOS, Konstantinos. **Epítomos istoría tou ellinikoú**. Atenas: Mati, 2005.

<sup>29</sup> NIEBUHR, Barthold Georg. **History of Rome**. Londres: Oxford, 1845.

<sup>30</sup> BEKKER, A. I. et al. **Bibliotheca histórica**. Série Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana [Scriptores Graeci]. Ed. stereot. ed. annorum 1867/68.

*Justinians bis zur türkischen Eroberung*<sup>31</sup> (História da Cidade de Atenas na Idade Média. Do tempo de Justiniano até a conquista Turca). O próprio nome já se torna curioso, afinal é um livro que possui como marco temporal inicial o reinado de Justiniano e, no mesmo título, é encarado como uma história da cidade de Atenas e, portanto, primordialmente grega.

Mesmo com tantos nomes, o maior representante deste período provavelmente deve ser o estudioso Karl Krumbacher (1856 – 1909). Especialista em literatura e língua grega medieval, seu principal trabalho é “*Geschichte der byzantinischen Literatur von Justinian bis zum Ende des Ostroemischen Reiches*”<sup>32</sup> (História da literatura bizantina de Justiniano até a queda do império oriental), além de ser o fundador da “*Byzantinische Zeitschrift*”<sup>33</sup> e dos “*Byzantisches Archiv*”<sup>34</sup>. Foi, indubitavelmente, um dos maiores e mais produtivos estudiosos da cultura helenística e um grande incentivador de investigações posteriores.

Graças a esse período inicial, hoje já podemos notar um estudo (mesmo que ainda em menor número com relação a sua contraparte ocidental) já institucionalizado sobre o tema, muito deste mérito cabe a geração seguinte de historiadores, do final do XIX e começo do XX, que inseridos em diversas academias espalhadas pela Europa, formalizaram o estudo destas questões. Da escola russa, já citada anteriormente, pode-se destacar Nikodim Pavlovich Kondakov (1844 – 1925), historiador especialista em arte e arquitetura romano oriental, foi um dos grandes incentivadores da arqueologia desta cultura, o que claramente auxiliou o entendimento do período. Um de seus estudos, por exemplo, analisa as iluminuras gregas e suas evoluções artísticas, demonstrando a constante busca desta cultura pelo balanceamento do uso artístico ideal em seus manuscritos<sup>35</sup>. Do Reino Unido, destacam-se John Bagnell Bury (1861 – 1927) e Norman Hepburn Baynes (1877 – 1961). O primeiro, professor da universidade de Cambridge, escreveu diversas obras sobre a história do mundo romano na antiguidade tardia, especialmente de seu lado oriental. Obras como “*History of the Later Roman*

<sup>31</sup> GREGOROVIVUS, Ferdinand. **Geschichte der Stadt Athen im Mittelalter : von der Zeit Justinians bis zur türkischen Eroberung**. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

<sup>32</sup> KRUMBACHER, Karl. **Geschichte der byzantinischen Litteratur von Justinian bis zum Ende des Oströmischen Reiches**. New York: B. Franklin, 1970.

<sup>33</sup> Revista Bizantina, inaugurada em 1892.

<sup>34</sup> Arquivos Bizantinos, inaugurado em 1898.

<sup>35</sup> KONDAKOV, N. P. **Istoriia vizafituskago iskusstva i ikonografii**. New York: B. Franklin, 1970.

*Empire from Arcadius to Irene*<sup>36</sup>, publicada em 1889; e “*History of the Later Roman Empire from the Death of Theodosius I to the Death of Justinian*”<sup>37</sup>, publicada em 1923; são importantes referenciais teóricos sobre o tema. Norman Baynes, professor da UCL (University College London) possui trabalhos de cunho generalista e introdutório, como o “*Byzantium: An Introduction to East Roman Civilization*”<sup>38</sup>; mas também análises aprofundadas sobre a relação do mundo oriental de Roma e a Igreja, “*Constantine the Great and the Christian Church*”<sup>39</sup>.

Outro grande foco destes estudos foi a França. Alfred Nicolas Rambaud (1842 – 1905) foi um dos maiores especialistas sobre o assunto, com uma produção extremamente variada sobre o mundo oriental romano. Apesar de ser muito conhecido por sua vasta bibliografia sobre história da Rússia e da França contemporânea; desenvolveu, como teses de doutorado, as importantes obras “*Le monde byzantin; le sport et l'hippodrome*”<sup>40</sup> (O mundo bizantino, o esporte e o hipódromo)<sup>41</sup> e “*L'Empire grec au Xe siècle*”<sup>42</sup> (O império grego no século X), grandes referenciais teóricos para as gerações subsequentes. Outro expoente foi Gustave Schlumberger (1844 – 1929), historiador e especialista em numismática medieval, principalmente referente aos temas cruzadas e império romano oriental. Seu livro “*Numismatique de l'Orient latin*”<sup>43</sup> (Numismática do oriente latino) ainda é considerado, atualmente, o principal trabalho sobre moedas na época das cruzadas<sup>44</sup>. Além desta relação entre império romano oriental e cruzadas, presente em diversas outras obras, destacam-se, também, estudos sobre poesia épica romano oriental<sup>45</sup> e uma biografia do imperador Nicéforo II<sup>46</sup>. Ainda

---

<sup>36</sup> BURY, J. B. **A history of the later Roman empire, from Arcadius to Irene**. London & New York: Macmillan and Co., 1889.

<sup>37</sup> BURY, J. B. **History of the later Roman empire from the death of Theodosius I to the death of Justinian**. London: Macmillan and Co., limited, 1923.

<sup>38</sup> BAYNES, Norman H. **Byzantium; an introduction to East Roman civilization**. Oxford: Clarendon Press, 1948.

<sup>39</sup> BAYNES, Norman H. **Constantine the Great and the Christian Church**. 2. Ed. London, Oxford University Press for the British Academy, 1972.

<sup>40</sup> Também publicada sob o título “*De Byzantino Hippodromo et circensibus factionibus*”

<sup>41</sup> RAMBAUD, Alfred N. **De Byzantino Hippodromo et circensibus factionibus**. New York: B. Franklin, 1962.

<sup>42</sup> RAMBAUD, Alfred N. **L'Empire grec au dixième siècle: Constantin Porphyrogénète**. New York: B. Franklin, 1962.

<sup>43</sup> SCHLUMBERGER, Gustave. **Numismatique de l'Orient latin**. Austria: Akademische Druck Verlagsanstalt, 1954.

<sup>44</sup> ZACOUR, N. P.; HAZARD, H. W. (ed.). **The impact of the Crusades on Europe: a history of the crusades**. Volume VI. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989. pg 354.

<sup>45</sup> SCHLUMBERGER, Gustave. **L'épopée byzantine à la fin du dixième siècle**. França: Hachette & Cia, 1905. Disponível na American Libraries, em < <http://www.archive.org/details/lpopebyzantinel01schlgoog> > Último acesso em 08/09/2009.

contemporâneo a estes, se encontra o já supracitado Charles Diehl (1859 – 1944), autor de grandes clássicos ainda bastante utilizados por quem almeja estudar a porção oriental do império romano, sobretudo no período que hoje se convencionou chamar de Antiguidade Tardia. Diehl, em seus livros, procurou abranger a totalidade do que ele chamava de bizantinismo. Desde estudos sobre arte<sup>47</sup>, pesquisas específicas sobre Justiniano<sup>48</sup> e Teodora<sup>49</sup>, até obras mais gerais<sup>50</sup>.

Seguindo esta linha temporal, historiadores dos dois últimos séculos também tem se preocupado em debater o tema aqui proposto. No artigo “*El Mundo como Morada*”<sup>51</sup>, José Marín Riveros se dedica à análise de duas obras histórico/geográficas – *Expositius Totius Mundi et Gentium*, de autoria anônima; e uma bastante focalizada nesta dissertação, *Topografía Cristã*, de Cosme Indicopleustes – para demonstrar que, mesmo permeadas de aspectos mitológicos, elas eram reflexo claro de como aqueles personagens enxergavam o contexto ao qual estavam inseridos; outro artigo que merece destaque é o de Anca Crivat-Vasile, intitulado “*Mirabilis Oriens: fuentes y transmisión*”<sup>52</sup>, pois mesmo não sendo específico ao contexto que este trabalho pretende abordar, faz uma breve revisão historiográfica das obras e personagens que, durante a História Antiga e Medieval, se ocuparam com o estudo deste intercâmbio; neste mesmo aspecto de traçar um histórico sobre o tema, mais dois artigos se sobressaem, “*Relaciones entre el Imperio Romano y los Reinos Lejano Oriente*”<sup>53</sup>, de Sergio Meliton Carrasco Alvarez; e “*Vias de Relación entre Roma e China*”<sup>54</sup>, de Sergio Salamo Asenjo.

Podemos destacar, também, a obra de John Haldon, professor da universidade de Princeton, especialista em estudos helênicos e diretor do projeto Euchaíta/Avkat (que

---

<sup>46</sup> SCHLUMBERGER, Gustave. **Un empereur byzantin au dixième siècle, Nicéphore Phocas**. Paris: Librairie de Firmin-Didot ET Cie, 1890. Disponível na Canadian Libraries, em < <http://www.archive.org/details/unempereurbyzant00schluoft> > Último acesso em 08/09/2009.

<sup>47</sup> DIEHL, Charles. **L'Art byzantin dans L'Italie méridionale**. Paris: Librairie de l'Art, 1894.

<sup>48</sup> DIEHL, Charles. **Justinien et la Civilisation byzantine au 6. Siècle**. Paris: [s.e.], 1901.

<sup>49</sup> DIEHL, Charles. **Théodora, impératrice de Byzance**. Paris, E. de Boccard, 1937.

<sup>50</sup> DIEHL, Charles. **Histoire de l'empire byzantin**. Paris: A. et J. Picard, 1969.

<sup>51</sup> RIVEROS, J. M. **El Mundo como Morada: orden y propósito**. In: Byzantion Nea Hellás n.25. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 2006.

<sup>52</sup> CRIVAT-VASILE, Anca. **Mirabilis Oriens: fuentes y transmisión**. In: Revista de Filología Románica n.11-12. Madrid: Univ. Complutense, 1994-95.

<sup>53</sup> ÁLVAREZ, S. M. C. **Relaciones entre el Imperio Romano y los Reinos del Lejano Oriente: verificación del intercambio a través de hallazgos de monedas romanas en la ruta de difusión del budismo**. In: Semanas de Estudios Romanos. vol. XI. Chile: Universidad Católica de Valparaíso, 2002. pg. 243-258.

<sup>54</sup> ASENJO, S. S. **Vias de Relación entre Roma y China**. In: Semanas de Estudios Romanos. vol. VI. Chile: Universidad Católica de Valparaíso, 1991. pg. 163-174.

promove pesquisas arqueológicas e históricas no centro-norte da Turquia). Com uma pesquisa centrada nos âmbitos social, político, institucional e cultural, é autor de diversos livros, que procuram, cada vez mais, elucidar questões importantes deste contexto. Dentre suas obras mais atuais, encontram-se “*The social history of Byzantium*”<sup>55</sup> e “*Byzantium in the iconoclast period: a history*”<sup>56</sup>. Outra autora deste tema que recorrentemente se destaca é a grega Helene Ahrweiler. Nascida em Atenas, logo entrou em contato com a historiografia francesa. Obteve o grau de doutora pela *École pratique des hautes études* assumindo, em seguida, o cargo de professora na Universidade de Paris 1 – Pantheon Sorbonne. É a autora de obras como “*Byzance et la mer*”<sup>57</sup> (Bizâncio e o mar) e “*Byzance: les pays et les territoires*”<sup>58</sup> (Bizâncio: os países e os territórios). Para finalizar, pode-se citar o historiador italiano Guglielmo Cavallo, especialista em paleografia grega e romana, além de diplomacia histórica. Apesar de estudar temas variados dentro de suas especialidades, foi o organizador de um trabalho bastante específico do tema aqui discutido, o livro “*L’Uomo Bizantino*”<sup>59</sup> é ainda, sem qualquer dúvida, um grande referencial para qualquer um que queira se aprofundar nestes estudos.

---

<sup>55</sup> HALDON, John. *The social history of Byzantium*. Oxford: Oxford Press, 2008.

<sup>56</sup> HALDON, John. *Byzantium in the iconoclast period: a history*. Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2010.

<sup>57</sup> AHRWEILER, Helene. *Byzance et la mer*. Paris, Presses universitaires de France, 1966.

<sup>58</sup> AHRWEILER, Helene. *Byzance: les pays et les territoires*. London: Variorum Reprints, 1976.

<sup>59</sup> CAVALLO, G. *O Homem Bizantino*. Lisboa: Presenta, 1998.

### 3. Tipologia e histórico de análises da fonte

A fonte primária desta dissertação provém de três manuscritos diferentes. O primeiro, encontrado no século IX, foi primeiramente chamado de *Vaticanus*; os outros dois, ambos encontrados no século XI, foram inicialmente denominados *Sinaiticus* e *Laurentianus*. Muito se discute sobre a integridade da obra. Alguns autores consideram que estes três manuscritos são partes de obras distintas, mas como não se encontrou mais nenhuma produção literária deste mesmo autor, fez-se regra compilar e editar estes três manuscritos como uma única obra.

As edições modernas utilizadas neste trabalho são, ou traduções para o espanhol ou para o inglês, sendo, neste último caso, algumas edições bilíngües – inglês/grego. São elas,

- Cosme Indicopleustes. **Topografia Cristiana**. Trad. De J. W. McCrindle, Hakluyt Society, 1998. Londres, 1897.

- Winstedt. **The Christian Topography of Cosmas Indicopleustes**. Cambridge University Press, 1909.

- Cosmas Indicopleustes. **The Christian Topography**. Disponível em <[http://www.tertullian.org/fathers/#Cosmas\\_Indicopleustes](http://www.tertullian.org/fathers/#Cosmas_Indicopleustes)> Acesso em 17 jul. 2007.

- Edição bilíngüe parcial: Cosmas Indicopleustes. **The Fourth Book of the Christian Topography**. Disponível em <<http://ccat.sas.upenn.edu/awiesner/cosmas.html>> Acesso em 17 jul. 2007.

A “Topografia Cristã” foi dividida, pelo próprio autor, da seguinte maneira, “Livro I, obra de um cristão, contra aqueles que se dizem cristãos, mas acreditam e professam, como aqueles de fora, que o céu é esférico; Livro II, teorias cristãs sobre a forma e a distribuição dos lugares em todo o universo, com base nas Sagradas Escrituras; Livro III, que as Sagradas Escrituras são confiáveis e dignas de fé, pois revelam coisas que concordam entre elas e com o conjunto, tanto no Novo como no Velho Testamento, indicando a utilidade das formas do universo; Livro IV, concisa recapitulação, com ilustrações da forma do universo de acordo com as Sagradas

Escrituras e a refutação da esfera; Livro V, onde se encontra a descrição do tabernáculo e o acordo entre profetas e apóstolos. Essa obra será chamada por nós de TOPOGRAFIA CRISTÃ, A QUE CONTÉM O UNIVERSO INTEIRO. Livro VI, adicional, o tamanho do sol; Livro VII, dedicado a Anastásio, provas de que o céu é indestrutível; Livro VIII, sobre o cântico de Ezequiel e a retro gradação do sol; Livro IX, desenho do curso das estrelas; Livro X, citações dos Pais concordantes com todo o nosso escrito. Ainda, fora da obra, Livro XI, desenhos e descrições dos animais das Índias, igualmente das árvores da Ilha de Taprobana. Outra parte, Livro XII, explicação de que muitos escritores antigos, entre os estrangeiros, atestam a antiguidade das Sagradas Escrituras compostas por Moisés e pelos profetas, os gregos parecem ter aprendido muito depois dos outros devido a sua incredulidade inveterada.”

Apesar de começar com a seguinte descrição

um volume que contem a descrição mais completa de todo o mundo, tanto aquele além do oceano como este e todos os seus territórios, juntamente com as terras do sul, desde Alexandria até o oceano abaixo, chamado de Rio Nilo, e seus territórios adjacentes, além de todas as raças do Egito e da Etiópia; o Golfo Árábico, seus territórios e seus habitantes, ao longo do mesmo oceano, assim como as terras entre o rio e o golfo, com as cidades distritos e tribos que ali habitam. O segundo volume para demonstrar que tudo o que dissemos é verdade, contra as falsidades ditas por nossos adversários<sup>60</sup>.

a “Topografia Cristã” é muito mais que um tratado geográfico. Ela relata toda uma ideologia político-cultural do contexto de seu autor. A unificação da fé católica sob a tutela de Constantinopla, proposta política e religiosa promovida por Justiniano, aparece no texto na visão própria e singular de Cosme, demonstrando que este aspecto se encontrava fortemente inserido na cultura interna do Império Romano Oriental.

Sobre o autor, Cosme Indicopleustes, infelizmente pouco se sabe. Seu único legado foi o texto aqui analisado, no qual, no livro II, existem algumas raras menções a dados biográficos. Normalmente ele apenas se descreve como um “cristão”. Este termo deve ter sido escolhido exatamente para se contrapor aos pagãos ou mesmo aos “falsos cristãos”, ou seja, a todos aqueles que aderem às crenças que ele tão veemente critica ao longo de toda a sua obra. Ele possivelmente nasceu em Alexandria e, por causa de sua

<sup>60</sup> Cosmas Indicopleustes. **The Christian Topography.** Disponível em < [http://www.tertullian.org/fathers/#Cosmas Indicopleustes](http://www.tertullian.org/fathers/#Cosmas_Indicopleustes) > Acesso em 13/09/2009.

crença (não se pode afirmar sem uma margem de erro qual era a corrente cristã que o autor seguia, mas o fato importante nessa situação é o de que, com certeza, ele não era ortodoxo, única faceta cristã aceita e defendida dentro dos territórios imperiais) deve ter entrado em conflito com a maioria dos religiosos local.

Embora o fato de que não possuía nenhum tipo de educação formal seja citado pelo próprio autor e refletido no seu estilo de escrita, o conhecimento de alguma bibliografia da época transparece visivelmente em seu texto. A própria escolha do título da obra reflete certa preocupação neste aspecto. Ao denominá-la “Topografia” (do grego *topos* = estilo e *graphia* = escrita) parece indicar alguns autores que, lidos por ele, podem ter influenciado a sua forma de escrever. Alguns destes possíveis exemplos são, inclusive, citados constantemente em sua obra. O primeiro dos autores bastante referenciados pelo autor é Heródoto (485?-420 a.C.), historiador e geógrafo grego, nascido em Halicarnasso (atual região de Bodrum, Turquia). É considerado o “pai da história” por ter sido o primeiro autor de que se tem notícia a considerar que uma análise do passado e do presente se constitui em base filosófica do conhecimento humano, transformando o próprio significado da palavra “história”, que de simples “pesquisa” passou a possuir uma conotação parecida com a que temos nos dias de hoje. Escreve tanto o que presenciou em suas viagens, quanto o que ouviu falar por terceiros. Sua principal obra, que se chama, inclusive, simplesmente “*Historias*”, é um livro dividido em nove partes, nomeados segundo os nomes de musas da mitologia. Neste narra as Guerras dos Gregos contra os Persas, da civilização contra a barbárie (respectivamente), sua cidade natal, Halicarnasso, por ser uma província oriental sofreu a pressão dos persas diretamente e este deve ter sido um dos grandes motivos que o motivou a escrever uma obra com este teor. Outro autor muito citado é o romano Caio Plínio Segundo (23-79), também chamado de Plínio, o velho. Considerado o mais importante naturalista da antiguidade, defendia uma descrição verbal da natureza por ser muito mais fiel ao original do que possíveis ilustrações. Autor da “*Naturalis Historia*”, um compêndio de ciências antigas distribuído em trinta e sete volumes, dedicado a Tito Flávio, que viria a ser imperador romano (entre 79 e 81 d.C.). Faleceu devido às nuvens de gases tóxicos quando tentava pesquisar o vulcão Vesúvio. Cosme também se baseia muito nos estudos de Estrabão (63-24 a.C.), historiador, geógrafo e filósofo nascido na província de Pontus (atual Amasya, na Turquia), cidade que, na época do nascimento deste autor, se tornou uma província romana, proporcionando a ele a oportunidade de



seguir os estudos de diversos filósofos e geógrafos romanos. Sua principal obra se intitula “*Geographia*”, na qual, em dezessete livros, descreve sobre locais e povos de todo o mundo que lhe era conhecido à época. Aos descrever os locais pelos quais passava, sempre defendia o domínio de Roma, se tornando um dos grandes apoiadores da *romanitas*, ou o processo de expansão de Roma até onde possível. Cláudio Ptolomeu (90-168) foi outro geógrafo possivelmente bastante lido por Cosme, este cientista alexandrino escreveu diversos trabalhos em áreas como as de geografia, cartografia, astronomia e matemática. Seu livro mais conhecido é o “Almagesto” (O Grande Tratado), no qual ele propõe um modelo astronômico geocêntrico. No entanto, a obra mais referenciada do autor no texto de Cosme é o seu livro intitulado “*Geographia*”, no qual Ptolomeu compila todos os dados geográficos conhecidos e difundidos no império romano, incluindo até coordenadas de latitude e longitude.

A Bíblia é outra das fontes de conhecimento mais utilizada. Também se referencia muito em Patrício, igualmente conhecido como “Mar-Aba”, *katholikos*<sup>61</sup> persa entre 540 e 552 e, muito provavelmente, um dos instrutores de Cosme. Seu conhecimento prático também permeia toda obra, por isso se torna quase unanimidade considerar que exercia o ofício de viajante constantemente. Nas descrições de suas viagens, cita destinos como o Reino de Axum (atualmente a Etiópia), o Ceilão (atual Sri Lanka) – lugares estes que muito provavelmente tenha efetivamente conhecido – e a Índia e a China – locais dos quais deve apenas ter ouvido falar.

Os viajantes cristãos eram, quase sempre, divididos em dois grandes grupos, os comerciantes, que na maioria das vezes realizavam viagens periódicas, contudo rápidas, com o intuito bem definido de lucrar no destino almejado; e os religiosos, normalmente ligados a alguma ordem monástica, que partiam para territórios inóspitos a fim de catequizar as populações locais. Os primeiros, pouco produziram, seus relatos quase sempre se resumiam a constatações econômicas e cambiais. Os segundos eram missionários – franciscanos, dominicanos, nestorianos, entre outros – que visualizavam no Oriente uma região ainda carente de uma religião institucionalizada e, com isso, com chances de conversão aparentemente bastante favoráveis<sup>62</sup>. Porém, como essas empreitadas demandavam uma longa preparação e recursos extremamente altos, essas duas “classificações” não eram necessariamente excludentes. Normalmente, os sujeitos

---

<sup>61</sup> Termo que se equivale, na jurisdição canônica, ao de Patriarca. Utilizado nas províncias cristãs da Mesopotâmia (Pérsia), Armênia e Geórgia.

<sup>62</sup> LABARGE, M. W. **Viajeiros Medievales**: los ricos y los insatisfechos. Madrid: Nerea, 1992.

que se submetiam a estas viagens acumulavam várias funções. Por diversas vezes, também, os reinos cristãos aproveitavam os missionários como emissários de um poder temporal que, igualmente, possuía fortes intenções políticas e econômicas direcionadas ao Levante. Os monges representavam o labor e os reis, o capital que financiava as viagens. Parecia um “acordo”<sup>63</sup> favorável às duas partes envolvidas. Cosme parece se identificar com os dois grupos, pois apesar de ser primordialmente um viajante com intuítos teológicos – ao menos foi o que tentou passar pela obra deixada – o seu ofício diário foi, muito provavelmente, o de importador de especiarias.

O livro denominado “Topografia Cristã” – ou pelo menos os cinco primeiros tomos, núcleo original da obra<sup>64</sup> - foi compilado e escrito, provavelmente, entre os anos de 547 e 549<sup>65</sup>. As edições atuais provêm, inicialmente, dos três manuscritos supracitados, o *Vaticanus*, sem autoria identificada, incompleto – pois conta com apenas dez livros – e com o título “O Livro do Cristão”; e os *Sinaiticus* e *Laurentianus*, ambos do século XI, com os doze livros que conhecemos até os dias atuais e com uma menção de autoria a um “monge” denominado “Cosme”, já com o título “Topografia Cristã”. Permanecer anônimo era de vital importância para que sua obra não fosse censurada, não muito tempo antes, em 533, os escritos nestorianos chamados de “*Três Capítulos*” haviam sido condenados e conseqüentemente tiveram sua circulação interrompida. O próprio nome do autor, posteriormente utilizado com frequência é questionado, afinal Indicopleustes significa, apenas, “o viajante do Índico”, seu ofício, e o prenome Cosme, do original “*Kosmas*”, pode muito bem significar apenas o que ele defendeu e descreveu em sua obra, o *Kosmos Christianorum*, o Universo Cristão.

A obra é uma defesa dos princípios cristãos, debatendo as principais questões teológicas da época sempre em favor das teorias fundamentadas pelo conhecimento religioso, sendo, exatamente por isso, permeada por inúmeros fatores escatológicos e mitológicos. Mesmo que este aspecto da obra possa representar uma maior dificuldade na análise da mesma, consiste em importante fator de inserção dos personagens em seu próprio contexto histórico. Além disso, demonstra uma forte tendência do autor junto à escola de Antioquia, representada pela busca constante de apenas interpretar os dados

---

<sup>63</sup> Nem sempre formal e muitas vezes subliminar.

<sup>64</sup> ELVIRA, Miguel Angel. **Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes**. Disponível em <[http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero\\_6\\_2\\_1985/experiencia\\_y\\_teor%C3%ADa\\_de\\_cosmas\\_indicopleustes](http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero_6_2_1985/experiencia_y_teor%C3%ADa_de_cosmas_indicopleustes)> pg. 257. Último acesso em 13/09/09.

<sup>65</sup> RIVEROS, J. M. **El Mundo como Morada...**pg. 139.

descritos na Bíblia literalmente, tratando a “*palavra inequívoca de Deus*” como a única e inquestionável fonte da ciência<sup>66</sup>.

Isto gera uma contradição que permeia toda a obra. Cosme é um paradigma inevitável entre os pensamentos científico e religioso. Utiliza-se de fatos, dados matemáticos e inúmeros outros artifícios quando estes o favorecem, mas sempre manipula os resultados para que nunca ultrapassem suas pré-concepções retiradas diretamente das Sagradas Escrituras. Para cada questionamento de seus opositores aos quais seus métodos científicos não resolvam, como por exemplo, certas movimentações de corpos celestes, a resposta é sempre a mesma “*Este fato se deve unicamente a vontade de Deus*”. Isso deflagra outra característica muito criticada da obra, a falta de conhecimento das teorias as quais o autor tenta refutar, pois para ele, o fato de uma teoria não ter como base o texto dos Escritos Sagrados cristãos, já seria o suficiente para decretar sua falibilidade.

Essa defesa incessante e literal de certos aspectos descritos na Bíblia – representados, sobretudo, pela refutação da esfera terrestre<sup>67</sup> – fazia com que a grande parte do ciclo intelectual da época o tratasse com pouquíssima seriedade. Dentre seus principais críticos podemos citar Philoponus (490-570), filósofo cristão grego, contemporâneo de Cosme e defensor da teoria da esfera terrestre, a qual divulgava na sua “Escola Geográfica”; e Fócio (820-891), patriarca de Constantinopla, e um dos primeiros leitores de Cosme a comentar seu texto, o qual critica enormemente pela tendência de interpretação literal do texto bíblico.

Por isso, a preservação da obra de Cosme muito se deve a inclusão, nas versões mais atuais, do livro XI, chamado pelo próprio autor de “Desenhos e descrições dos animais das Índias, igualmente das árvores da Ilha de Taprobana”. Este capítulo específico provavelmente deveria ser parte de um tratado maior sobre geografia, mas como apenas uma pequena parte foi preservada, foi devidamente compilada como um livro adicional na obra maior e única do autor<sup>68</sup>. Seus desenhos e descrições de animais e peças observados são tão detalhados que mesmo sem ter consciência Cosme foi um

---

<sup>66</sup> ELVIRA, Miguel Angel. **Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes...**pg 261.

<sup>67</sup> Apesar de ser normal na historiografia ocidental achar que a idéia da esfera terrestre é um fato relativamente recente, este conceito já existe desde a Grécia clássica. Em suma, os poucos autores ocidentais do *mundo antigo* ou *medieval* que comprovadamente combateram a esfericidade da Terra foram exceção, eles eram geralmente ignorados ou tratados com pouca seriedade nos círculos intelectuais de sua época. Para mais detalhes: RUSSEL, Jeffrey Burton. **Inventando a Terra Plana**. Ed. Unisa, 1999.

<sup>68</sup> ELVIRA, Miguel Angel. **Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes...**pg. 258.

dos precursores da ciência arqueológica<sup>69</sup>. Este foi, por muito tempo, o aspecto da obra mais apreciado, senão o único, pelos seus leitores. Exemplo disso é a declaração de Montfaucon, editor da primeira obra completa de Cosme, em 1706, de que o Livro XI é mais importante do que todo o restante da obra.

É somente com a análise da historiadora polonesa Wanda Wolska-Conus (responsável pela edição mais autorizada da obra de Cosme até os dias de hoje), a partir da década de 60 do século XX, que foi feita uma análise da obra sem os pré-conceitos pejorativos que as marcavam até então. Este resgate proporcionou outras abordagens possíveis, como as realizadas no já citado artigo de José Marín Riveros “*El Mundo como Morada*”<sup>70</sup>; e no de Miguel Angel Elvira, intitulado “*Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes*”<sup>71</sup> interessante análise histórica de diversos comentadores da obra de Cosme.

---

<sup>69</sup> PACE B. **Introduzione allo studio dell'archeologia**. Ed. Mondadori, 1947. pg. 30.

<sup>70</sup> RIVEROS, J. M. **El Mundo como Morada**: orden y propósito. In: Byzantion Nea Hellás n.25. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 2006.

<sup>71</sup> ELVIRA, Miguel Angel. **Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes**. Disponível em <[http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero\\_6\\_2\\_1985/experiencia\\_y\\_teor%C3%ADa\\_de\\_cosmas\\_indicopleustes](http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero_6_2_1985/experiencia_y_teor%C3%ADa_de_cosmas_indicopleustes)> pg. 257. Último acesso em 13/09/09.

## CAPÍTULO II

### O Contexto Romano Oriental: a união entre religião e política

Religião e política são dois conceitos que costumam andar juntos. Apesar de cada vez mais se formalizar a separação entre Igreja e Estado, essa divisão acontece apenas com as instituições que representam ambas e em um âmbito legal. Política é muito mais do que qualquer cargo administrativo relacionado a ela e religião supera qualquer instituição que simbolize esta ou aquela crença. Ambos os conceitos são considerados fundamentais em qualquer sociedade existente e, por isso, costumam constituir os pilares do pensamento das populações que as habitam.

Mas, obviamente, é notável alguns casos nos quais essa relação foi mais explícita na sociedade ou que ao menos tenha sido estudada com mais profundidade em alguns períodos e, por isso, aparenta ser muito mais palpável do que em outras situações. O senso comum aponta a convencionada Idade Média como o ápice dessa relação, pois era um período no qual a Igreja Católica comandava todos os reinos ocidentais com punho de ferro e sem qualquer contestação. Essa ideia é claramente uma reminiscência do pensamento iluminista, que procurava contestar o período anterior carregando com uma negatividade absoluta. Hoje, a historiografia já relativiza essas questões e, mesmo que realmente o período marque um dos ápices da concentração de poder político nas mãos da Igreja, percebe-se que os reinos ocidentais não eram tão passivos quanto à situação e, muito menos, reféns dela.

Outro exemplo constantemente citado dessa relação é exatamente o recorte temporal e geográfico que será abordado neste trabalho. O império romano do Oriente é considerado por muitos como o modelo absoluto da unificação de poderes temporais e seculares sob o mesmo personagem. Um termo chegou a ser cunhado para representar essa situação, “*cesaropapismo*”<sup>72</sup> significa que o imperador possuía tanto a coroa (césar) quanto a cruz (papa). Situação que iria se agravar ainda mais após o Cisma do Oriente, já que a separação das sées ocidentais e orientais e o conseqüente desdém do lado oriental as designações do centro cristão localizado em Roma, tornava o encontro de forças menos equilibrado, pois mesmo que o patriarca de Constantinopla tivesse apoio em diversas camadas da sociedade, ele ainda residia nos territórios do imperador e

---

<sup>72</sup> Conceito que será discutido posteriormente.

contava com um apoio externo reduzido quando comparado ao patriarca de Roma, o papa.

A fundação de Bizâncio (atual Istambul) aconteceu em 657 a.C., por imigrantes gregos de Mégara. O nome é referente à divindade “Byzas”, mítico monarca e fundador da cidade<sup>73</sup>. Com uma posição geográfica extremamente privilegiada, sempre foi de vital importância para as unidades políticas que integrava. Em 11 de maio do ano de 330, após uma grandiosa reforma, esta cidade seria transformada na nova capital do império romano, sob o nome de Constantinopla, em homenagem ao imperador que havia efetivado esta mudança, Constantino. A transferência do poder da decadente Roma no Ocidente para uma nova e grandiosa cidade no Oriente era somente um dos inúmeros sintomas das grandes mudanças que estavam por vir. Estas, obviamente, não agradaram muitas das elites romanas, acostumadas com o poderio de Roma além de estarem sediadas nessa cidade. As próprias ações imperiais dependiam de quem ocupava este cargo, alternando entre ações que privilegiavam o lado oriental e o lado ocidental, tornando, cada vez mais evidente as diferenças – e até mesmo uma rivalidade – entre estas duas partes. Enquanto o ocidente enfrentava graves crises políticas e econômicas, a porção oriental - fundamentada em pilares como uma cultura própria, que abrangia o helenismo oriental e as formas administrativas da Roma ocidental; a língua grega; e a ortodoxia religiosa - se fortalecia. A separação política efetiva foi realizada pelo imperador Teodósio I que, ao morrer, em 395, dividiu o território entre seus herdeiros, Arcádio e Honório, levando em consideração as enormes heterogeneidades entre as tradições culturais gregas e latinas, tentando fortalecer o domínio romano como um todo, pois o sistema anterior, a tetrarquia – sistema político proposto por Diocleciano (244 – 311) que dividia o território em quatro regiões, governadas por dois *Augustus* e dois *Césares* (Constâncio Cloro, pai de Constantino, foi um destes *césares*) – era uma das grandes responsáveis pela fragmentação de poder que assolava o império, facilitando a ações de possíveis usurpadores<sup>74</sup>.

Soma-se a isso que enquanto o ocidente, ao cair em mãos *bárbaras*, se tornava mais ruralizado, a porção oriental, representada pela sua capital, a cidade de

---

<sup>73</sup> RIVEROS, J. M. & HERRERA CAJAS, H. **El Império Bizantino**: introducción histórica y selección de documentos. Nea Hellás, Serie Byzantini Historia I. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 1998. pg. 15.

<sup>74</sup> KAPLAN, M.; DUCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 34.

Constantinopla, mantinha o status de grande centro urbano<sup>75</sup>. Constantinopla era, efetivamente, a “*Nova Roma*” e o Oriente, o novo centro político e social do mundo mediterrânico. Junto com Constantinopla novas cidades foram construídas e mesmo as antigas assumiram novas funções dentro da organização imperial, Alexandria (no Egito), Antioquia, Éfeso, Corinto e Tebas são apenas alguns dos exemplos de centros urbanos que aproveitaram este período para crescer exponencialmente. Os motivos para este traslado eram em grande parte militares. Ao mesmo tempo em que resolveria diversos problemas logísticos da distância entre a capital imperial e as principais campanhas militares da época; também se distanciava de uma cidade velha, seja estruturalmente como politicamente, que além de restringir o poder imperial também era alvo constante de investidas externas. A decadência de Roma era tão evidente que, mesmo durante todo o período da tetrarquia, nenhum dos quatro governantes residia efetivamente na capital imperial<sup>76</sup>.

Obviamente que a construção física da cidade de Constantinopla foi apenas uma das medidas tomadas por Constantino. Foi criado todo um aparato burocrático para que ela suportasse ser o centro das atividades políticas. Mas não era meramente uma importação do modelo presente em Roma. A região era diferente e já possuía uma cultura própria e, por isso, muito teve que ser adaptado. No âmbito político, a grande dificuldade foi tentar implantar um sistema burocrático de sucessão em populações que conviviam com formas diferentes de encarar um poder central antes muito distante. As leis promulgadas nos territórios orientais também não eram de grande ajuda, com a clara intenção de se formar uma forte elite entre seus aliados, os imperadores romanos não eram muito a favor de leis rigorosas de sucessão, pois poderiam ser usadas contra eles em alguma situação, mas o contrário também fragilizava esta figura, já que o sistema proposto, o de eleições senatoriais (muitas vezes apenas uma formalidade, é verdade, mas estas foram, também, utilizadas como legitimações de elevações ao poder<sup>77</sup>) enfraquecia a figura do imperador<sup>78</sup>. O progresso das ideias de legitimidade teria um grande apelo apenas no final do império, com as dinastias dos Macedônicos (que

---

<sup>75</sup> CAVALLO, G. **O Homem Bizantino**. Lisboa: Presenta, 1998. p. 189.

<sup>76</sup> KAPLAN, M.; DUCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 41.

<sup>77</sup> Esta prática é recorrente na história romano oriental. Justino, Focas e Leão Isáurico foram apenas alguns dos exemplos de personagens que não estavam em uma provável linhagem de sucessão e, mesmo assim, foram elevados ao posto de imperador romano.

<sup>78</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina**. São Paulo: Ed. Das Américas, 1961. pg. 83.

reinariam por cento e oitenta e nove anos), dos Conmenos (cento e quatro) e dos Paleólogos (cento e noventa e dois), apenas alguns exemplos de dinastias que governaram por longos anos devido à nova relevância que estes aspectos sucessórios passaram a ter. Este lento processo refletiu na população de uma forma bastante direta, na violência. Demonstrações públicas de riqueza e de fúria descontrolada da massa eram, até certo ponto, normais<sup>79</sup>, mas ao se tornar uma prática institucionalizada pelo poder central ela passa a adquirir proporções ainda maiores. O reflexo disso na população como um todo é de difícil constatação, pois só podemos analisar através da crescente preocupação com a segurança, demonstrada pelas leis. Na casa imperial, no entanto, este é um dado mais concreto, de mais fácil apuração, devido à grande documentação existente nesses casos. Em toda história oriental romana, de 395 até 1453, dos cento e sete soberanos que a governaram, apenas trinta e quatro morreram no leito, oito morreram em guerras ou acidentes e todos os outros sessenta e cinco abdicaram (espontaneamente ou à força) ou tiveram mortes violentas. Além disso, aconteceram em torno de sessenta e cinco revoluções de palácio, rua ou caserna em todo o território oriental, apoiadas pelo exército, bastante atuante na política; pela população quando queria demonstrar seu apoio a algum “usurpador”; ou mesmo pela Igreja, que se envolvia diretamente nas questões políticas em busca de alguma vantagem<sup>80</sup>.

No entanto, no âmbito religioso, os governantes orientais, desde Constantino, souberam muito bem como trazer estas características inerentes do Oriente ao seu favor. A sacralidade do poder imperial, já tão presente nas sociedades orientais (a ideia de submissão a um poder superior, mesmo que inapto, era fortemente associada à ordem natural das coisas<sup>81</sup>) lhes trouxe uma liberdade de ação política a qual não poderiam possuir na contraparte ocidental. O próprio Constantino, tão aclamado como o iniciador do cristianismo oficial em Roma, durante todo o seu governo acenou com diversas religiões; tanto o cristianismo, como o paganismo, eram aceitos e mesmo que tenha proclamado a primeira como religião oficial do império no final de sua vida, não condenou o paganismo ou qualquer outro credo como heresia, o Édito de Milão (313 d.C.) era um documento que instituía a tolerância religiosa como uma das bases do império. O próprio cristianismo, em seu período inicial, se adaptou as condições que lhe eram impostas, dificilmente propunha grandes mudanças sociais que poderiam entrar

---

<sup>79</sup> CAVALLO, G. **O Homem Bizantino**. Lisboa: Presenta, 1998. pg. 18.

<sup>80</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina...** pg. 83 – 87.

<sup>81</sup> CAVALLO, G. **O Homem Bizantino...** pg. 19.



em conflito com os poderes que, agora, o aceitavam. Um fácil exemplo disso é a citação bíblica que chegou a se tornar um ditado popular que perdura até os dias de hoje, “*dai a César o que é de César, dai a Deus, o que é de Deus*”<sup>82</sup> demonstra, ao mesmo tempo, que uma divisão destas esferas até poderia existir, mas nunca ignorando a terrestre<sup>83</sup>.

Mas esta ideia não duraria muito tempo, afinal um conceito de civilização aberto demais pode ser extremamente benéfico nos períodos iniciais de uma transição, mas não é igualmente aceita depois que um grupo se estabelece como dominante. O grupo vitorioso foi o dos cristãos. O paganismo logo seria condenado e a questão interna do cristianismo debatida com imenso fervor. Os reflexos aparecem logo no *codex* de Teodósio, grande modelo do código de Justiniano. Nele, a questão da heresia já é tratada com grande atenção. Não apenas indicando o cristianismo como a única religião aceita dentro dos territórios imperiais

Imppp. Gratianus, Valentinianus et Theodosius aaa. edictum ad populum urbis Constantinopolitanae. Cunctos populos, quos clementiae nostrae regit temperamentum, in tali volumus religione versari, quam divinum petrum apostolum tradidisse Romanis religio usque ad nunc ab ipso insinuata declarat quamque pontificem Damasum sequi claret et Petrum Alexandriae episcopum virum apostolicae sanctitatis, hoc est, ut secundum apostolicam disciplinam evangelicamque doctrinam patris et filii et spiritus sancti unam deitatem sub parili maiestate et sub pia trinitate credamus. Hanc legem sequentes christianorum catholicorum nomen iubemus amplecti, reliquos vero dementes vesanosque iudicantes haeretici dogmatis infamiam sustinere nec conciliabula eorum ecclesiarum nomen accipere, divina primum vindicta, post etiam motus nostri, quem ex caelesti arbitrio sumpserimus, ultione plectendos. Dat. III kal. mar. Thessalonicae Gratiano a. V et Theodosio a. I cons. (380 febr. 27).<sup>84</sup>

mas também indicando as diferenças sociais que a escolha religiosa criava e as penas propostas aos heréticos

---

<sup>82</sup> **S. Mateus, 22:21**

<sup>83</sup> BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino**. Lisboa: Cosmos, 1964. pg. 304.

<sup>84</sup> “É de Nossa vontade que todos aqueles governados por essa administração pratiquem a religião ensinada aos romanos por Pedro, o apóstolo divino. Esta é a religião seguida pelo pontífice Damasus e por Pedro, bispo de Alexandria, homem de apostólica santidade. Isto é, de acordo com as Sagradas escrituras e os ensinamentos do evangelho devemos acreditar na Divindade única do Pai, do Filho e do Espírito Santo, sob o conceito da majestosa igualdade da Santíssima Trindade. Decretamos que as pessoas que seguem essas regras deverão ser chamadas de Cristãos Católicos. Os outros, no entanto, os quais Julgamos dementes e insanos, devem reconhecer a infâmia de seus dogmas heréticos, o local de suas reuniões não podem ser chamados de igrejas e deverão sofrer, primeiramente, a vingança Divina e, posteriormente, os castigos pela Nossa própria iniciativa de acordo com as leis Divinas”. **CTh.16.1.2**

Imp. constantinus a. ad dracilianum. privilegia, quae contemplatione religionis indulta sunt, catholicae tantum legis observatoribus prodesse oportet. haereticos autem atque schismaticos non solum ab his privilegiis alienos esse volumus, sed etiam diversis muneribus constringi et subici. proposita kal. sept. gerasto constantino a. vii et constantio c. cons. (326 sept. 1).<sup>85</sup>

chegando, até, a enumerar as seitas dentro do cristianismo que eram consideradas heréticas e permitindo qualquer “cristão verdadeiro” tomar a aplicação das leis em suas mãos, exclusivamente pela questão religiosa.

Idem aaa. Postumiano praefecto praetorio. Omnes omnino, quoscumque diversarum haeresum error exagitat, id est eunomiani, arriani, macedoniani, pneumatomachi manichaei, encratitae, apotactitae, saccofori, hydroparastatae nullis circulis coeant, nullam colligant multitudinem, nullum ad se populum trahant nec ad imaginem ecclesiarum parietes privatos ostendant, nihil vel publice vel privatim, quod catholicae sanctitati officere possit, exercent. Ac si qui extiterit, qui tam evidenter vetita transcendat, permissa omnibus facultate, quos rectae observantiae cultus et pulchritudo delectat, communi omnium bonorum conspiratione pellatur. Dat. VIII kal. aug. Constantinopoli Merobaude II et Saturnino cons. (383 iul. 25).<sup>86</sup>

Esse “cristianismo verdadeiro” na porção ocidental era o que se chamava de catolicismo niceno, por seguir as diretrizes do concílio de Nicéia, primeiro conselho universal da Igreja Católica, ocorrido no ano de 325; o da porção oriental era o cristianismo que se dizia ortodoxo, apesar de também seguir as diretrizes do mesmo concílio de Nicéia, ainda acreditava nas divisões dos territórios da cristandade em patriarcados e considerava o papa eleito em Roma apenas como o chefe do patriarcado romano, e não como autoridade máxima da cristandade.

---

<sup>85</sup> “Os privilégios que são garantidos por causa da religião devem ser aplicados apenas àqueles que seguem a fé cristã. É de Nossa vontade que estes hereges não apenas estejam alheios a estes privilégios, mas também estejam sujeitos a trabalhos públicos compulsórios.” **CTh.16.5.1**

<sup>86</sup> “Qualquer pessoa que seja seguidora das falsas doutrinas das diversas heresias, como por exemplo, os Eunomianos, os Arianos, os Macedonianos, os Pneumatomacos, os Maniqueus, os Encratitas, os Apotactites, os Saccophori e os Hydroparastatae, não podem se reunir em grupos, não podem formar multidões ou atrair qualquer pessoa à sua crença, não podem possuir espaços domiciliares que aparentem ser igrejas e não podem praticar qualquer ato, no âmbito particular ou público, que seja ofensivo a Santidade católica. Além disso, se existir qualquer pessoa que descumpra o que foi terminantemente proibido, esta deve ser excluída do acordo comum presente entre todos os Homens, e a legalidade da expulsão deste elemento é garantida a todos aqueles que seguem o culto e a beleza da religião correta.” **CTh.16.5.11**

Mesmo assim, até o ano de 1054<sup>87</sup>, esta divisão não se constituía como elemento que efetivamente dificultava a noção da unidade cristã. O mesmo não se pode dizer das “heresias cristológicas” condenadas nos concílios da Igreja e chamadas desta maneira por questionarem sobre a natureza de Cristo imposta pelo credo Niceno. As mais debatidas neste contexto inicial da cristandade eram o Arianismo, o Monofisismo e o Nestorianismo.

O Arianismo foi elaborado por um cristão de Alexandria chamado Arius (256 - 336). Discípulo de Luciano de Antioquia, Arius pregava que a natureza de Cristo e a natureza de Deus não eram a mesma coisa (negação da consubstancialidade). Cristo seria o filho, subordinado do Deus, mas nunca a própria divindade. Este credo seria considerado heresia e por assim rejeitado já no primeiro concílio ecumênico universal, no supracitado concílio de Nicéia, ocorrido em 325, durante o reinado de Constantino I. A reação foi imediata e apoiada pelo poder central por interferir tanto na política como na religiosidade, já que foi considerada quase que como uma possibilidade correspondente a temida anarquia do meio político<sup>88</sup>.

O Nestorianismo tem seu advento com um monge alexandrino (que chegaria ao bispado de Constantinopla) chamado Nestório (380 - 451), segundo o qual há em Jesus Cristo duas pessoas distintas, uma humana e outra divina, completas de tal forma que constituem dois entes independentes. Novamente a reação da Igreja foi imediata. Como Nestório tinha uma posição de grande prestígio, suas ideias tiveram uma ampla propagação e novamente a instituição religiosa máxima via seu poder ameaçado por uma querela interna. Esta doutrina foi condenada como heresia e Nestório deposto de seu bispado no Concílio de Éfeso, terceiro concílio ecumênico universal, que ocorreu no ano de 431.

O Monofisismo (do grego  $\mu\omicron\nu\omicron$  = único) foi elaborado por Eutiques (380 - 456) em reação ao nestorianismo e admitia em Jesus Cristo uma só natureza, a divina. Sua grande aceitação no Oriente em muito se deve a grande similaridade desta doutrina com o monoteísmo intransigente tão comum nestes territórios. Foi considerada heresia no

---

<sup>87</sup> É somente neste ano que ocorre a separação formal destas duas Igrejas. Também chamado de o grande cisma do oriente, se constitui em uma seqüência de eventos que resultou na condenação mútua da outra como heresia. Até então, mesmo com as já pujantes diferenças entre os credos, quando se cita a “religião oficial”, ambas estão incluídas.

<sup>88</sup> KAPLAN, M.; DUCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 45.

Concílio de Calcedônia, quarto concílio ecumênico universal, no ano de 451, presidido pelo papa Leão Magno.

Estas foram as três principais heresias discutidas neste período inicial, mas nem por isso eram as únicas. A lista é enorme e como se trata de uma questão extremamente difícil de controlar, as heresias se multiplicavam em todas as direções do território imperial. Não à toa, os concílios se tornaram uma prática bastante constante neste momento de estabelecimento do cristianismo. Eles eram o modo pelo qual a Igreja tentava demonstrar sua unidade, tão necessária para o almejado fortalecimento cada vez maior desta instituição.

Se não bastasse, a tentativa de unificação do credo cristão possuía ainda outra grande barreira. A interpretação do texto do livro fundamental da Igreja, a Sagrada Bíblia, fomentava uma enorme discussão. A questão era tão forte que duas escolas de interpretação do texto bíblico chegaram a ser criadas para difundir seus métodos e suas convicções. A escola de Antioquia e a escola de Alexandria.

Na cidade de Alexandria surge a primeira corrente neste sentido, influenciados por dois filósofos gregos – Heráclito e Platão – acreditavam que a verdade se encontrava alegoricamente oculta além da letra e da realidade visível<sup>89</sup>. Um dos primeiros a utilizar esta metodologia para o texto bíblico foi um judeu alexandrino chamado Filo, que ao interpretar o antigo testamento aplicava as ideias de Platão através de um método extremamente alegórico. Quando o evangelho alcançou a cidade e muitos se cristianizaram, os mesmos métodos continuaram a ser aplicados neste novo contexto e, com o surgimento da Escola Catequética de Alexandria, estas práticas se difundiram cada vez mais, tendo como outro grande representante neste período inicial, Orígenes (185-253). Este iria influenciar nomes importantes do pensamento teológico, como Eusébio de Cesárea, Cirilo de Alexandria e Dionísio, o Grande.

A reação a esta corrente teve seu advento em Antioquia, com Luciano de Samosata (240-312), que fundou nesta cidade uma escola de interpretação bíblica conscientemente contrária ao método alegórico da escola de Alexandria. A metodologia difundida por Luciano pregava uma abordagem tão literal do texto bíblico que chegou a ser chamada, em períodos posteriores, de “*gramático-histórica*”<sup>90</sup>. Esta escola

---

<sup>89</sup> LOPES, Augustus Nicodemus. **História da Interpretação Cristã da Bíblia**. Disponível em <[http://www.monergismo.com/textos/hermeneuticas/he\\_augu1.pdf](http://www.monergismo.com/textos/hermeneuticas/he_augu1.pdf)>. pg. 2. Último acesso em 04/08/08.

<sup>90</sup> Ibid. pg. 5.

influenciou nomes como Teodoro de Mompuesta, João Crisóstomo, Nestório (que baseou sua teoria sobre as naturezas de Cristo neste método), entre outros.

Os concílios tentavam resolver esta questão, mas mesmo com as condenações impostas, as doutrinas heréticas e as correntes de interpretação bíblica ganhavam força<sup>91</sup> em diversas regiões do império romano. As porções mais orientais do território eram locais de imensa concentração destas, afinal constituam a rota de fuga dos seguidores das mesmas ao serem considerados hereges pelos domínios centrais e, sistematicamente, impedidos de permanecer nas terras da cristandade. Quanto mais longe do centro do poder político, mais ineficiente este controle se tornava. A grande maioria se dizia cristão, mas seria um cristão ortodoxo, um católico, um nestoriano, um ariano, um monofisita, um maniqueu, um apolinarista, um marcionista, ...? As possibilidades eram imensas. Destaca-se esta concentração existente na porção oriental do território exatamente por esta ser o centro das atenções neste período. Mesmo antes da divisão formal instituída por Teodósio I, a porção oriental do império já começava a se constituir como o grande centro da política e da sociedade romana. Enquanto o ocidente sofria com as invasões de diversos povos germânicos, o que acarretava em diversas complicações políticas, econômicas e sociais; o oriente, representado pela nova capital imperial – a cidade de Constantinopla – seguia na direção contrária e agregava cada vez mais poder à sua volta.

Cosme Indicopleustes, muito provavelmente, escreveu a “Topografia Cristã” entre os anos de 547 e 549<sup>92</sup>, durante o reinado de Justiniano (527 – 565). Este nasceu na cidade de Skopje, na região da Macedônia, e era sobrinho do imperador Justino, que havia chegado ao trono por meios militares sendo a ser, pelo que se sabe, iletrado<sup>93</sup>. Justiniano foi educado em Constantinopla e viu o conflito com o Ocidente atingir seu ápice, com a perseguição de seu tio as seitas heréticas cristãs (situação que ele tentaria, inclusive, resolver no futuro) É, também, personagem considerado por muitos como o último imperador do Império Romano do Oriente e o primeiro do Império Bizantino<sup>94</sup>. Este período de transição transpareceu em seus atos políticos. Foi com Justiniano que

---

<sup>91</sup> Exemplo disso é que ainda em 533, no segundo Concílio de Constantinopla (quinto ecumênico universal), são discutidos e condenados os textos nestorianos de Teodoro de Mompuesta; de Teodoreto de Ciro; e de Ibas, também chamado como o Cisma dos Três Capítulos.

<sup>92</sup> RIVEROS, J. M. **El Mundo como Morada...**pg. 139.

<sup>93</sup> LOT, Ferdinand. **O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média.** São Paulo: Edições 70, 2008. pg. 276.

<sup>94</sup> Considero que esta questão já foi bastante abordada na primeira parte deste trabalho, por isso não a discutirei com maiores detalhes.

aconteceu a última tentativa de uma política de reunificação dos antigos territórios do Império Romano, além de representar a primeira vez que esta iniciativa partia do lado oriental do território. A “*Renovatio Imperium*” foi um audacioso projeto de reconquista dos territórios ocidentais (como a Península Itálica e o Norte da África) e de expansão aos territórios orientais, representados imediatamente pelos maiores rivais dos bizantinos, os Persas da dinastia Sassânida. Resgatava-se uma velha ideologia ante ao Ocidente, qualquer território uma vez romano é, para sempre, inalienável do império<sup>95</sup>. Apesar de ser um motivo que agradava as elites, somente isso não seria necessário para mobilizar o contingente necessário a esta empreitada. Logo, outros motivos foram manipulados, os vândalos, por exemplo, no norte de África, eram ditos arianos perseguidores de ortodoxos; e os ostrogodos, na península itálica passavam por problemas políticos que poderiam levar a ascensão de um usurpador ao trono.

Mesmo com particularidades, em todas as campanhas militares apenas um fator territorial está sempre presente, o Oriente, seja ele como meta, seja ele como ponto inicial. Nenhum dos objetivos iniciais foi alcançado, as vitórias ocidentais se tornaram apenas temporárias e o confronto contra os Persas foi demasiadamente equilibrado para que fosse apontado qualquer resultado definitivo. Ainda, os resultados internos foram bastante desagradáveis à imagem de Justiniano. As terras conquistadas no Ocidente ficaram devastadas, improdutivas e com suas estruturas sociais extremamente subvertidas (o que explica, em certo ponto, a rapidez com que as vitórias se transformavam em descaso). Além disso, a paz interna necessária a este tipo de campanha só foi obtida através de pagamento de pesados tributos a inimigos provenientes do Oriente<sup>96</sup>, dinheiro este conseguido através de uma forte tributação interna, fator que desagradou e indispsôs a população em geral ante a este ambicioso plano. A importância do Oriente nas pretensões, tanto de Bizâncio, quanto da Pérsia, se tornaram tão importantes que chegavam a atingir o extremo geográfico, pois muito mais que simples parceiros comerciais de especiarias, uma aliança com o poderoso império da Ásia Central, o Império Chinês, muito além de resultar no controle efetivo das mais importantes rotas comerciais entre estes dois extremos, poderia significar, finalmente, a vitória que ambos os lados tanto almejavam<sup>97</sup>. O comércio, inclusive, foi o âmbito no qual Justiniano teve sua grande (e talvez única) vitória. Após a reconquista, o

---

<sup>95</sup> KAPLAN, M.; DUCCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 32.

<sup>96</sup> Ibid. pg. 33.

<sup>97</sup> BROWN, Peter. **El Primer Milenio de la Cristandad Occidental**. Barcelona: Crítica, s/d. pg. 156.

Mediterrâneo voltou a ser um mar romano<sup>98</sup>, mas agora romano oriental. Justiniano criou manufaturas de seda na região da Síria, fortaleceram-se as corporações comerciais – bancos (acúmulo de riquezas), comercialização de artigos de luxo (ostentação e poder) e alimentos (grandes acúmulos urbanos), além do setor de construções (urbanização ligada ao progresso) – como um todo, criando um grande monopólio controlado pela elite da base aliada do imperador. O desenvolvimento destas foi tão grande que, no século IX, elas já aparecem em local de destaque no livro do Prefeito do imperador Leão VI<sup>99</sup>.

Justiniano foi, também, o imperador que renovou inúmeros aspectos administrativos do império. Sob o lema de “*um rei, uma lei, uma fé*” tentou unificar a cristandade e compilou uma série de leis que formariam o chamado “Código de Justiniano”. Sua vasta reforma administrativa era um meio de forte combate ao “*patrocinium*”<sup>100</sup>, já que tentava centralizar ainda mais o poder em suas mãos. As medidas para que isso acontecesse foram inúmeras, divide o exército em forças territoriais e centrais; individualiza os bens imperiais “*res privata*”; alterna entre aumento de impostos/taxas e maior rigor na fiscalização para manter as finanças equilibradas nos territórios em seu poder. Na esfera religiosa, no entanto, foi menos coerente em suas ações. Se, por um lado, utilizava-se da desculpa religiosa para seus conflitos externos, tinha certa indiferença com as mesmas dentro de seu território. Na tentativa de agradar tanto monofisitas (em especial) e ortodoxos, criou uma grande incongruência, pois ao mesmo tempo em que, para legitimar seu poder junto à porção ocidental do império, promulga leis de proibição a heresia e promove uma grande perseguição a estes infieis, negando-lhes até o direito de sucessão,

Cognovimus multos esse orthodoxos liberos, quibus nec pater nec mater orthodoxae sunt religionis. et ideo sancimus, non tantum in casu, ubi alter orthodoxae religionis est, sed etiam in his casibus, in quibus uterque parens alienae sectae sit, id est pater et mater, ii tantummodo liberi ad eorum successionem sive ex testamento sive ab intestato vocentur et donationes seu alias liberalitates ab his accipere possint, qui orthodoxorum venerabili nomine sunt decorati: ceteris

<sup>98</sup> DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina...** pg.150.

<sup>99</sup> Ibid. pg. 146.

<sup>100</sup> KAPLAN, M.; DUCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente.** Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 37.

liberis eorum, qui non dei omnipotentis amorem, sed paternam vel maternam impiam adfectionem secuti sunt, ab omni beneficio repellendis.<sup>101</sup>

utilizou uma política de aproximação a estas correntes da cristandade para facilitar uma provável aliança com as culturas de fronteira na campanha contra os Persas em sua expansão ao oriente. Sendo assim não é impossível imaginar que diversos grupos ligados ao nestorianismo, monofisismo ou qualquer outra heresia devem ter notado que a situação começava a ser menos desfavorável do que as próprias leis propunham.

---

<sup>101</sup> “Sabemos que existem muitas crianças ortodoxas, as quais nenhum dos pais segue a religião ortodoxa, e por isso Ordenamos que não apenas no caso de um parente ser ortodoxo, mas também no caso de que nenhum deles seja, em outras palavras, que pai e mãe sigam uma seita herética, apenas a criança ortodoxa pode suceder a seus pais, mesmo que o testamento diga o contrário, e receber presentes e doações deles. As crianças, que assim como os pais, abraçarem crenças que não a do amor do Deus onipotente, devem ser excluídas de qualquer benefício” **CJ.1.5.19.**



### CAPÍTULO III

#### Viajantes: aproximando o Ocidente e o Oriente

Viajar é um hábito comum aos nossos tempos. Massas de turistas se deslocam periodicamente através do globo em busca de diversão, descanso ou mesmo aventuras. A prática se encontra tão intimamente ligada a algumas tecnologias atuais que imaginar esse fenômeno em tempos remotos se torna uma tarefa difícil para a grande maioria. Mas, longas viagens não são exclusividade de nossa época. Desde a antiguidade, o comércio sempre impulsionou os povos cada vez mais longe; as tecnologias necessárias a estas empreitadas evoluíam cada vez mais rápidas; e as rotas mais utilizadas se tornavam cada vez mais conhecidas e mapeadas.

Mas quais eram os personagens que atuavam nestas viagens? E, principalmente, quais os motivos que os impeliam a realizá-las?

Entre os séculos XI e XIV, as grandes viagens ao Oriente, quase sempre em busca de finas especiarias, são normalmente as mais lembradas e festejadas<sup>102</sup> pela historiografia. Entretanto, as pequenas rotas internas, não apenas comerciais, mas também diplomáticas, foram, sem qualquer dúvida, o laboratório e as provedoras daquelas desde tempos muito anteriores. No entanto, as rotas internas – em uma visão mais ampla – não representavam apenas caminhos destinados a locais vizinhos; constituíam-se, também, como as grandes iniciadoras das rotas externas<sup>103</sup>. Um exemplo bastante claro desta relação é o grande fluxo de pessoas e de melhorias nas rotas européias destinadas a Constantinopla. Essa cidade romana representava, desde a época de sua criação pelos gregos (quando ainda era chamada de Bizâncio) como um dos principais pontos de saída do mediterrâneo ao Levante, e grande parte dos comerciantes que desejavam se dirigir ao longínquo Oriente, primeiramente se colocava a caminho dessa cidade para acumular conhecimentos e rotas favoráveis a esta futura empreitada.

As longas viagens foram, também, as grandes impulsionadoras e utilizadoras das tecnologias da época, ao invés de contar apenas com a memória ou a indicação de guias de confiança, necessitavam de mapas cada vez mais detalhados, muitas vezes produzidos pelos próprios comerciantes que precediam os realizadores e melhorados

---

<sup>102</sup> LE GOFF, J. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1990. Pg. 32.

<sup>103</sup> PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Unesp, 2000. Pg. 152-153

pelos seus usuários posteriores. Outros artifícios, como salvo condutos<sup>104</sup>, capital e conexões, deveriam ser bem estipulados e planejados<sup>105</sup>, pois o risco de um empreendimento destes era consideravelmente alto. Ao perceber isso, nota-se que nesse período, muito mais do que um pioneirismo neste tipo de viagem, realiza, na verdade, uma superação de marcas anteriores, já que quanto maior à distância do centro que apoiava uma expedição, maior era a necessidade de uma conexão com uma cidade próxima, pré-estabelecida. Essa constância das rotas mais longas que estabelece a importância das ligações duradouras e o envolvimento de comerciantes em grandes acontecimentos demonstra, claramente, a personificação de contatos entre grupos maiores que os escolheram como representantes<sup>106</sup>; filiação esta delimitada quase sempre pela religião, afinal mesmo em uma viagem realizada por um mercador com intenções claras de lucro financeiro, este se denominava, antes de tudo, seguidor de uma fé.

Os judeus se lançavam ao mar com frequência, principalmente os residentes da península italiana. A atividade comercial não era novidade a este povo; favorecidos pela condenação cristã a usura, sempre estiveram à frente da economia mercantil do mediterrâneo. As comuns peregrinações religiosas rumo a Terra Santa, muitas vezes, constituíam um primeiro passo de viagens comerciais mais longas que chegavam à Índia e a China<sup>107</sup>. Outro fator determinante era a falta de um território fixo a este povo, que ao se encontrar espalhado por todo o mediterrâneo – e por grande parte do Oriente próximo – possuía a vantajosa configuração de inúmeros contatos comerciais necessários as grandes empreitadas naturalmente. Esta diáspora não apenas auxiliava nestas conexões, mas dotava os relatos deixados pelos judeus com características distintas dos deixados pelos cristãos, pois além de descrever toda a burocracia, cultura, economia e diversos outros aspectos de um território visitado, os judeus privilegiavam descrever as comunidades de seu povo nestas regiões, incluindo dados como o número total de judeus de certa cidade e as posições sociais ocupadas pelos mesmos. Os cristãos iriam explorar todo o potencial comercial que se apresentava a eles apenas

---

<sup>104</sup> Objeto – placas de ouro, ou outros metais – ou documento que representava uma defesa – ainda que não garantida – contra a captura ou o pagamento de taxas internas de quem os portava. Nas viagens que atravessavam diversos reinos diferentes, eram necessários um para cada monarca, e muitas vezes representavam o maior risco ou dificuldade de uma jornada.

<sup>105</sup> LABARGE, M. W. **Viajeiros Medievales**: los ricos y los insatisfechos. Madrid: Nerea, 1992. Pg. 38.

<sup>106</sup> Ibid. Pg. 23.

<sup>107</sup> Um testemunho desta abrangência foi feito por Ibn Khordâdbeh, na obra “*The Book of Ways and Kingdoms*”. apud. ADLER, E. N. **Jewish Travellers in the Middle Ages**. New York: Dover, 1987. Pg. 2.

posteriormente. Este avanço só foi possível devido ao contato pacífico<sup>108</sup> com os nestorianos e outras seitas cristãs dissidentes da Ásia, permitindo estudos e debates sobre o monoteísmo junto a povos acostumados ao politeísmo desde tempos imemoriais.

Os relatos deixados por estes diversos viajantes teriam um impacto imediato na época que os acolhia. Em um primeiro momento, as viagens eram deveras perigosas não apenas pelas forças naturais ainda bastante superiores as tecnologias humanas, mas também a grande ignorância da maioria dos viajantes sobre os povos e a própria geografia que os aguardava por todo trajeto. É com a intensa produção de diários – ou simples, mas competentes, relatos – que este problema principia a ser sanado. Com isso, as regiões do mediterrâneo, ou mesmo do Oriente próximo, se tornam menos desconhecidas e conseqüentemente, menos perigosas. Apesar de trazer grandes benefícios aos realizadores das grandes viagens, estes relatos nem sempre constituíam uma tentativa real de ilustrar uma cultura desconhecida, deve-se, sempre, prestar atenção nos produtores dos mesmos, afinal a afirmativa “*Em qualquer época, o valor dos relatos depende da inteligência de quem os observa*”<sup>109</sup> não poderia ser mais verdadeira. Diversos autores, inspirando-se na leitura dos textos produzidos sobre terras distantes, criam personagens fictícios que enfrentam perigos reais e imaginários derivados da fantasia da época e da documentação referente às viagens comerciais, diplomáticas ou mesmo às longas batalhas tão comuns entre os povos desses dois extremos geográficos.

Mesmo nas produções mais sérias do período, hoje, é necessário utilizar-se de uma leitura crítica, pois como homens de seu tempo, os realizadores destas empreitadas possuíam um imaginário mitológico muito forte, sendo esse aspecto presente na grande maioria dos textos, seja se fundindo com características reais, seja como menções secundárias. No entanto esse “fator mitológico” muitas vezes ajuda o leitor a compreender, em um estudo futuro, a verdadeira dimensão de uma rota utilizada. Era muito comum nos relatos da época escrever não apenas sobre os lugares fisicamente visitados, mas também sobre lugares próximos, de que muito se havia ouvido falar durante o percurso, os elementos fantasiosos tendiam a aparecer mais freqüentemente

---

<sup>108</sup> LOPEZ, R. **O Nascimento da Europa**. Lisboa: Edições Cosmos, 1965. Pg. 382.

<sup>109</sup> Ibid. Pg. 22.

nestas menções “indiretas”<sup>110</sup> do que nos fatos presenciados diretamente<sup>111</sup>, representando, muitas vezes, a própria ignorância do autor sobre o território ao qual ele afirma ter conhecido pessoalmente.

O interesse pelas culturas distantes e pelo desconhecido era tão disseminado na sociedade<sup>112</sup> que relatos de viagens se tornavam cada vez mais freqüentes. Um dos primeiros relatos de viagens de que se tem notícia, é exatamente a obra que marca o início da historiografia ocidental e que faria seu autor ser considerado o “pai da história”. Heródoto (484 – 414 a.C.), em seu livro, “Histórias”, ao descrever sobre os confrontos entre gregos e persas, que ele denomina helenos e bárbaros, respectivamente, não apenas apresenta os rumos do conflito ou os costumes que entraram em confronto, mas também sobre o conceito de civilização que defendia e sobre os territórios afetados devido a essa querela. Por ser nativo da cidade de Halicarnasso (atual Bodrum), cidade situada na costa sudoeste da Anatólia, no golfo de Cós, deve ter sofrido as consequências do avanço persa quase de imediato, o que explica a temática de sua maior obra. Já inicia seu livro separando os atores “(...) *para que as ações dos Homens não sejam apagadas pelo tempo, nem os grandes e maravilhosos feitos demonstrados tanto por helenos, quanto por bárbaros*”<sup>113</sup> que fariam parte dele. No entanto, apesar da utilização do termo “bárbaro”, sua caracterização destes personagens não é tão negativa como as que apareceriam posteriormente. Provavelmente pelo próprio convívio que já possuía com essa cultura. Não sem motivo, sua obra é frequentemente dividida entre os quatro soberanos persas que governam o império oriental durante o período ao qual ele descreve, Ciro (livro 1), Cambises (livro 2 e parte do livro 3), Dario (o resto do livro 3 e os livros 4, 5 e 6) e Xerxes (livros 7, 8 e 9).

Suas viagens ilustram esse interesse, pois são realizadas exatamente nos territórios de dominação persa. Presume-se, inclusive, que sua intenção era realmente demonstrar a cultura e os hábitos do povo persa e seu imenso império. Os três últimos livros, que ilustram a derrocada dos persas contra os gregos, teriam sido adicionados posteriormente à obra, já que o próprio Heródoto aceitava certas mudanças de rumos como parte de seu ofício<sup>114</sup>. Dentre os territórios descritos por esse autor estão os que

---

<sup>110</sup> Entre aspas devido à prática comum dos autores de não deixar claro se haviam ou não visitado o local descrito. Artificio muitas vezes usado para engrandecer a viagem realizada, tornando-a bem maior do que realmente foi.

<sup>111</sup> LABARGE, op. cit., Pg. 15.

<sup>112</sup> LOPEZ, op. cit., Pg. 380.

<sup>113</sup> HERODOTUS. **Histories**. Trad. De Hery Cary. D. Appleton and company, 1899. Book I. Pg. 1.

<sup>114</sup> Ibid. Book IV. Pg. 30.

hoje chamamos de Egito, Babilônia, Ucrânia, Península italiana, Sicília e Índia. Com uma narrativa simples e fluída, fornece descrições bastante vivas dos locais, ilustrando os hábitos, a geografia do local e as relações estabelecidas com outros povos. Descreve as enchentes anuais do Nilo como resultado do derretimento das neves presentes ao Sul, comentando, ainda, que não entende como pode nevar em um território tão árido; oferece uma complexa descrição de como os ventos dos desertos afetam a passagem do Sol nestas regiões; indica a experiência de viajantes fenícios que haviam circunavegado a atual África e avistado o Sol ao lado direito enquanto navegavam ao Oeste; e breves descrições da atual Índia que são das mais antigas impressões descritas deste território por um estrangeiro. Até mesmo as passagens de sua obra mais debatidas começaram a se confirmar através dos avanços arqueológicos nas áreas descritas por ele, suas famosas e curiosas “formigas gigantes de pelo que roubavam ouro”<sup>115</sup> foram redescobertas como marmotas<sup>116</sup> que habitam territórios ricos no precioso metal.

Seus relatos, no entanto, possuem diversas discrepâncias e semelhanças com outras fontes do período e, por muito tempo, a obra foi condenada ao segundo plano devido a essas características. Sua descrição de crocodilos, hipopótamos e da fênix são, muito semelhantes (e provavelmente inspiradas) na obra de Hecateu chamada “*Circunavegação do mundo conhecido*”<sup>117</sup>. Apesar de ter escrito sobre diversos lugares, hábitos e animais que dificilmente visitou ou avistou pessoalmente, seus relatos são cada vez mais resgatados para ilustrar a visão que se tinha de alguns territórios, pois se sua descrição não representa fielmente a região, representa, ao menos, a ideia que se tinha dela. Seus relatos foram, também, criticados na própria Grécia por questões políticas. Sua fonte de informação do território grego era a Atenas de Péricles e, por isso, seus relatos bastante direcionados a essa polis. Com isso, colecionou críticas da pouca importância que sua narrativa relegava as outras. Plutarco, um tebano, chegou a compilar uma obra das grandes calúnias de Heródoto intitulada “*A maldade de Heródoto*”, indicando que o autor das “*Histórias*” falava mal de sua cidade, Tebas, por ter sido negada uma permissão para que Heródoto abrisse uma escola na cidade. Dion Crisóstomo o acusa de preconceito contra Corinto, e assim por diante. Não é

---

<sup>115</sup> Ibid. Book III. Pg. 102-105.

<sup>116</sup> Michel Peissel, autor do livro “*The Ants' Gold: The Discovery of the Greek El Dorado in the Himalayas*” comenta, inclusive, que a confusão de Heródoto se deve a semelhança que a palavra “marmota” possuía com a de “formiga da montanha” no idioma da antiga Pérsia.

<sup>117</sup> IMMERSWAHR, Henry R. **Herodotus**. In: *The Cambridge History of Classical Greek Literature: Greek Literature*. P.Easterling and B.Knox, Cambridge University Press, 1985. Pgs. 430, 440.

coincidência notar que exatamente Tebas e Corinto eram as duas polis que mais desafiavam a hegemonia ateniense no período.

Outro viajante que teve como destino o Oriente foi o grego Eudoxo de Cízico (provavelmente nascido em 130 a.C.), comerciante de especiarias que relatou quatro viagens até destinos orientais para exercer seu ofício. Suas viagens são resgatadas na obra de Estrabão, através de um relato de Posidônio, e são consideradas uma das mais famosas viagens de exploração dos Oceanos Índico e Atlântico<sup>118</sup>. A primeira viagem de Eudoxo ao Oriente aconteceu antes do ano 116 a.C., pois a narrativa abrange um encontro com o monarca egípcio Ptolomeu VIII Evergetes II (145 – 116 a.C.). Sua aventura começa com o resgate de um naufrago hindu, uma possível criação que tem como objetivo legitimar a viagem, que para agradecer a hospitalidade do faraó aceita ensinar a rota à Índia ao experiente navegador grego Eudoxo. O objetivo da viagem, então, seria o estabelecimento de uma aliança entre o monarca egípcio e os reinos hindus, tornando Eudoxo o embaixador de tal tentativa. Retornou com carregamentos de plantas aromáticas e pedras preciosas. Eudoxo foi o primeiro viajante reconhecido pelas fontes que se utilizou das monções para realizar tal travessia<sup>119</sup>.

Durante a segunda viagem, que diz ter realizado sem nenhum tipo de guia, seus relatos das embarcações que navegavam pelo trajeto ao qual ele mesmo traçava mostra uma grande atividade nas regiões costeiras. Durante a volta, ventos o forçaram ao sul do golfo de Adem. Nesta região encontrou os restos de um navio que, pela aparência e pelas histórias descritas pelos nativos, concluiu ser de Gadir (atual Cádiz, na Espanha). Este fato o influenciou a tentar a circunavegação da África, algo acreditado como improvável no período de Eudoxo, mesmo com as dimensões reduzidas apresentadas pelos mapas de Erastótenes e Estrabão. As dificuldades foram imensas e o fizeram retornar a sua rota normal antes que pudesse concluir tal proeza.

Em sua terceira viagem, tentou cursar um trajeto alternativo para desviar do controle portuário egípcio<sup>120</sup>. Busca apoio financeiro com os ricos comerciantes dos portos de Pozzuoli-Puteoli (atual Nápoles), Marselha e Gadir ou mesmo tenta arrecadar dinheiro através do comércio nessas cidades. Afinal, não iria partir sem uma garantia econômica, visto os dois últimos fracassos nesse sentido em suas viagens anteriores. Nessa narra um meio de comunicação bastante interessante com os “etíopes”, habitantes

---

<sup>118</sup> MEDEROS MARTIN, A. & ESCRIBANO COBO, G. **Los periplos de Eudoxo de Cízico en la Mauretania Atlántica**. In: *Gérior*. 2004, vol. 22, nº1. Universidad Complutense, Madrid, 1983. Pg. 216.

<sup>119</sup> *Ibid.* Pg. 217.

<sup>120</sup> *Ibid.* Pg. 221.

da região da Eritreia. Por desconhecer a língua local, se comunica através de um dialeto básico de influência líbico-fenício, bastante utilizado nas regiões costeiras e que demonstra um conhecimento maior destas rotas do que uma primeira análise parece indicar. Na viagem de volta, parece ter utilizado a mesma técnica de se aproveitar das monções tanto no Índico quanto no Atlântico.

Novamente na cidade de Gadir, com o dinheiro da venda de suas embarcações e um novo financiamento de mercadores e navegadores da cidade, organiza uma quarta viagem à Índia<sup>121</sup>. Eudoxo a planejou como a maior das suas viagens, trocando as relativamente pequenas embarcações das anteriores por grandes navios. No entanto existem poucos dados dessa última, Posidônio informa que dificilmente ela atingiu seu objetivo ou mesmo regressou, mas autores como Plínio e Cornélio Nepote apontam diversas possibilidades e relatos do destino final de Eudoxo, citando, inclusive, que ele teria conseguido realizar o que tanto tentou durante os anos, circunavegar a África.

Apesar dos pouquíssimos relatos deixados, as evidências de um forte contato entre Roma e o Oriente, normalmente representado pelos territórios da Índia nesse período, são abundantes. Indícios arqueológicos, literários e numismáticos comprovam que a Índia fazia, inclusive, parte do sistema monetário romano<sup>122</sup>. Mesmo um dos mais importantes mapas romanos, a tábula de Peutinger (cópia medieval de um mapa romano datado do século quarto), mostra a existência do “templo de Augusto” na cidade de Muziris, um dos portos mais importantes do comércio entre Roma e o Oriente no sudoeste da Índia<sup>123</sup>.

As duas narrativas de viagens mais completas dessa rota são “Périplos no mar da Eritreia” e a fonte desse trabalho “Topografia Cristã”, mas não por isso foram aventuras isoladas de navegadores que partiam em busca de riquezas em terras totalmente desconhecidas. Durante o reinado de Cláudio, um mercador chamado Iambos (provavelmente da Síria) viajou até o Ceilão (atual Sri-Lanka) permanecendo por lá diversos anos, até se dirigir a “Palibothra” (Pataliputra, atual Patna no nordeste da Índia). No mesmo período, Plínio indicaria na sua monumental “História Natural”, no sexto livro, a viagem de certo Annius Plocamus, que teria sido o primeiro romano a visitar a ilha de Tabropane, ao sul de Ceilão, retornando com presentes do governante oriental. Diversas outras referências a nomes de comerciantes são encontradas nos

---

<sup>121</sup> Ibid. Pg. 226.

<sup>122</sup> BALL, Warwick. **Rome in the East: the transformation of an empire.** London: Routledge, 2000. Pg. 123.

<sup>123</sup> Idem.

próprios documentos portuários, principalmente os do Mar Vermelho, renomada rota de saída do Ocidente rumo ao Levante. Esses viajantes são gregos, romanos, árabes, indianos, entre outros, mostrando a diversidade dos personagens que participavam dessa atividade.

Uma das principais fontes de estudo e análise dessa situação, a obra “Périplos no mar da Eritréia” é um manual anônimo, escrito no século primeiro por um grego (habitante dos territórios egípcios), que descreve sobre as rotas que partem do Mar Vermelho até a África, a Arábia e a Índia em sessenta e seis capítulos. Sua descrição detalhada dos locais pelos quais as rotas descritas passam permite acurar suas contrapartes atuais e, por isso, se tornou bastante aceito na historiografia. A obra aparenta ser uma compilação de experiências pessoais, o que aponta para a possibilidade de ter sido escrita por um comerciante que percorria pela rota ilustrada com certa frequência. Pela excelente descrição da cidade e pelo contínuo uso da mesma como ponto inicial da rota, é bastante aceita a teoria de que o autor era natural de Berenice Troglodítica<sup>124</sup>, importante porto grego em territórios egípcios. Em seus oitavo e décimo terceiro capítulos a obra aborda, respectivamente, os portos de Malao e Opone, importantes centros comerciais no território da atual Somália.

Por volta de oitocentas *stadias*<sup>125</sup> depois de Avalites, existe outra cidade mercante melhor do que a primeira, chamada Malao. O porto é uma área aberta sem ancoradouros, protegido por uma fina faixa de terra que vem do Leste. Aqui os nativos são mais pacíficos. As importações são de produtos já mencionados, como túnicas e casacos de Arsinoe, taças, folhas de fino cobre, ferro e um pouco de ouro e prata. São exportados mirra, incensos, canela, goma copal e, raramente, escravos.<sup>126</sup>

Então, após navegar por quatrocentas *stadia* ao longo de uma península e a favor da corrente, existe outra cidade mercante chamada Oponte, na qual as mesmas mercadorias citadas anteriormente são importadas e uma grande quantidade de canela é produzida. Escravos, do melhor tipo, são trazidos do Egito em número cada vez maior e uma grande quantidade de tartarugas, da melhor qualidade, é encontrada ali.<sup>127</sup>

<sup>124</sup> SCHOFF, Wilfred Harvey. **Periplus of the Erythraean Sea**: travel and trade in the Indian Ocean by a merchant of the first century. New York: Longmans, Green, and Co., 1912. Pg. 16.

<sup>125</sup> Antiga medida grega que se aproxima de 157 metros.

<sup>126</sup> SCHOFF, Wilfred Harvey. **Periplus of the Erythraean Sea...**Capítulo 8.

<sup>127</sup> Ibid. Capítulo 13.



Os relatos deixam claro que mesmo com foco comercial, a obra foi redigida com intenções maiores do que essa. Ao descrever a rota e as características dos povos que habitavam as importantes cidades comerciais, ultrapassa-se puramente a questão econômica para adentrar nas questões geográficas e culturais desse percurso, aspectos tão importantes quanto qualquer outro envolvido no possível sucesso ou fracasso final da empreitada.

Descreve também sobre o reino de Axum, na atual Etiópia (local bastante importante ainda cinco séculos depois<sup>128</sup>, o que mostra a importância dessas rotas na configuração de grandes centros políticos), o qual era regido por um governante de nome Zoscales<sup>129</sup>; sobre o reino Himyarite (atual Arábia), unificado por um governante de nome Karab II Watar Yunan'em II, e que seria uma espécie de aliado de Roma<sup>130</sup>; sobre o Reino do Incenso (Hadramaut)<sup>131</sup>; e a cidade de Rhapta (na atual Tanzânia), que servia a um rei árabe; até chegar no destino final, a Índia. Deste território descreve as regiões de Barygaza, porto no qual, de acordo com a obra, o comércio com o Ocidente era feito em larga escala

Nesta cidade mercante (Barygaza) importam vinho (preferencialmente italiano, mas também arábico e lacedônio), cobre, estanho, chumbo, topázio, coral precioso, roupas de todos os tipos, óleo de storax, plantas aromáticas, vidros, moedas de ouro e prata (as quais geram lucro quando convertidas para a moeda local) e óleos medicinais (em pouca quantidade, pois geram lucros pequenos). Para o rei são trazidos acessórios de prata, pequenos cantores, belas mulheres para seu harém, roupas dos mais finos tecidos e óleos selecionados. Enquanto isso, exportam plantas aromáticas, marfim, ágata, roupas de algodão, seda, inhame, pimentas e diversos outros produtos trazidos até a cidade. A viagem do Egito até esta cidade é favorecida no mês de Julho.<sup>132</sup>

e que ainda possuía ruínas do antigo domínio grego-indiano estabelecido por Alexandre, o Grande<sup>133</sup>; descreve também os reinos de Chera, Chozha e Pandyan, nos quais os portos (como por exemplo o de Muziris) eram importantes centros de troca de temperos, pedras preciosas e artefatos de metal e muito frequentado pelos gregos<sup>134</sup>.

<sup>128</sup> É um local descrito longamente por Cosme Indicopleustes.

<sup>129</sup> SCHOFF, Wilfred Harvey. **Periplus of the Erythraean Sea...**Capítulo 5.

<sup>130</sup> Ibid. Capítulo 23.

<sup>131</sup> Ibid. Capítulo 27.

<sup>132</sup> Ibid. Capítulo 49.

<sup>133</sup> Hoje se sabe que Alexandre nunca chegou tão ao Sul. As ruínas representam, então, a expansão grega na Índia posterior as incursões de Alexandre.

<sup>134</sup> SCHOFF, Wilfred Harvey. **Periplus of the Erythraean Sea...**Capítulos 53, 54 e 56.

Perceber a Índia como destino final de tantos relatos não é uma simples coincidência. O lado Oriental não era um fator passivo nessa ilustração. Infelizmente possuímos ainda menos informações dos viajantes que provinham do lado direito do mapa, mas menções à Gan Ying (ou Kan Ying), primeiro mensageiro chinês enviado a Roma, em 97 d.C., de que se tem confirmação<sup>135</sup>; Fa Xian (Fa-hsien), que entre 399 e 413, retornou da Índia e iniciou a divulgação de ensinamentos budistas<sup>136</sup>; Song Yun (Sung Yun / Huisheng), enviado entre 518 e 521 em uma missão para recuperar escrituras budistas na Índia e que chegaria a visitar o reino dos Hunos brancos; e Xuan Zang (Hsuan-Tsang), budista e linguista chinês que viajou até a Índia entre 629 e 645 para traduzir os sutras dessa religião<sup>137</sup>; são apenas exemplos das também movimentadas rotas que interligavam o Extremo Oriente com a Índia e, conseqüentemente com o Ocidente, afinal se os chineses estavam viajando até a Índia, mesmo que indiretamente os ocidentais que alcançavam esta região tinham acesso aos produtos chineses, e vice-versa. O ímpeto posterior de se chegar diretamente ao Extremo Oriente, bastante comuns nas viagens do medievo, como as famosas viagens de Marco Pólo, nada mais foram do que a vontade de aumentar os lucros com a eliminação do intermediário, seja ele mercadores muçulmanos (que iriam dominar essas rotas nos anos posteriores) ou os antigos portos da Índia.

---

<sup>135</sup> HIRTH, F. **China and the Roman Orient**. Shanghai & Hong Kong: Ares Publishers, 1885.

<sup>136</sup> GILES, H.A. **The travels of Fa-hsien (399-414 A. D.)**. Oxford: The University Press, 1923.

<sup>137</sup> BEAL, Samuel. **Buddhist Records of the Western World**. Vol. 2. Londres: [s.e.], 1906.

## CAPÍTULO IV

### Civilização, a verdadeira fronteira entre o Ocidente e o Oriente

#### 1. O Conceito de Civilização

##### 1.1. Dos gregos aos romanos

Civilização, conceitualmente, é algo recorrentemente analisado pelas mais diversas culturas historiográficas. No entanto, é sempre um estudo que necessita especial atenção, pois todo e qualquer conceito é extremamente vinculado ao contexto que o abrange e inúmeras interpretações podem ser atribuídas ao mesmo termo em diferentes espaços de tempo ou mesmo em distintas localidades contemporâneas. Atualmente, no senso comum, civilização é o exato contraponto de algo ruim, desorganizado socialmente; ou então, um conceito relacionado à noção de tecnologia. No âmbito político do ocidente contemporâneo, esse termo assume outra conotação, a relação deste com o de “democracia” se torna cada vez mais evidente. Conflitos armados entre nações foram deflagrados baseados nesta perspectiva e uma missão “democratizante” se tornou, praticamente, uma nova cruzada por parte de algumas culturas ocidentais.

Contudo, historicamente, esse conceito obteve diversas alterações significativas e, muitas vezes, chegou a assumir significados completamente diferentes. Não os levar em consideração seria cometer, simplesmente, o maior pecado historiográfico, o anacronismo.

A primeira cultura, no Ocidente, que se pode afirmar possuir uma intensa preocupação referente à delimitação deste conceito foi a dos gregos. Para eles, o conceito de *oikoumené*, usualmente (e erroneamente, diga-se de passagem) traduzido como “universo”, era o termo equivalente para ilustrar esta ideia. Os dicionários atuais de grego traduzem este termo como, ***Oikos***: residência, casa; ***Oiken***: habitar / habitado, ***Oikoumené***: terra habitada. Entretanto, o termo *oikoumené*, como era comum entre os vocábulos gregos, tinha um significado muito mais amplo. O universo que este vocábulo delineava era bastante restrito e não possuía nem de perto a abrangência totalizante com a qual, hoje, o utilizamos. Os territórios da Pérsia, por exemplo, na

condição em que se encontravam, não faziam parte deste. Obviamente eram territórios conhecidos, mas não se constituíam como parte deste “universo civilizado” (sendo esta última, civilizado, a palavra-chave para se entender esse significado). O mundo ao qual eles se referiam neste termo não era constituído por todos os territórios habitados por seres humanos. Mas sim territórios que possuíam características fundamentalmente similares as que eles consideravam básicas para a constituição de uma “civilização”. Esta ideia de “raça humana”, citada linhas atrás, era inimaginável, a única união possível entre os povos era, exatamente, a ideia da *oikoumené*. Apesar de hoje em dia parecer uma tarefa simples entender esta divisão e separar em duas partes bastante distintas as culturas que poderiam fundamentar e as que não poderiam fundamentar esse conceito de *oikoumené* grega, essa ilusão logo se torna aparente, já que as próprias culturas que as compunham tinham imensa dificuldade em se definir como um grupo coeso. O que atualmente chamamos de “civilização grega” possuía, internamente, mais diferenças do que similaridades.

É difícil falar em uma religião grega, o panteão basicamente era o mesmo, mas a importância dos deuses, os ritos em homenagem a eles, os mitos celebrados com suas figuras e até mesmo suas personalidades variavam de cidade-Estado para cidade-Estado; a organização social e política também era diferente em cada uma delas, o próprio nome com a qual elas se denominavam diferia e iam desde a democracia até a basileia, passando pela aristocracia e pela oligarquia (entre tantas outras); as leis, como não poderiam deixar de ser, eram próprias de cada unidade administrativa e refletiam a sociedade única que cada uma delas possuía. A lista é imensa, poder-se-ia continuar ilustrando tantos outros fatores que causavam esta citada desagregação, mas o propósito deste trabalho é exatamente o contrário, tentar evidenciar como uma noção de unidade se espalhou por estes territórios.

A primeira, e talvez a mais fácil, de se apontar é a unidade linguística. Por mais diferentes que fossem as cidades-estado, todas elas tinham como língua oficial o grego. Mesmo assim, se este fosse o único elo que as unissem o mesmo seria demasiado frágil, afinal para se adentrar na *oikoumené* grega bastaria aprender este idioma e logo o restritivo universo cultural se tornaria tão abrangente que perderia seu próprio propósito de existência. Outro ponto chave para se entender como essa noção de unidade foi sendo cunhada é o próprio termo, já amplamente utilizado neste trabalho, de “cidades-estado”. Não importa qual fosse a organização social ou política (*politéia*), o resultado

final deveria obedecer algumas normativas as quais faziam parte da estruturação do próprio conceito de uma cidade-estado. É nesta questão que aparece a importância da comparação com um elemento externo. Como qualquer segregação, a unidade grega não seria possível sem a presença de um componente exterior que a contraponha e a justifique. Não à toa, esta frágil unidade foi fortalecida em momentos de confrontação com este ambiente externo (como na guerra contra os Persas, exemplo máximo dos que não eram integrantes da *oikoumené*) e enfraqueceu exatamente na falta destes “inimigos naturais” (é no apogeu da cultura grega, logo após a vitória sobre seus grandes rivais deste período, os persas, que se deflagra a guerra entre os gregos, a chamada guerra do Peloponeso). Dois autores que ajudam a entender essa tênue relação são Xenofonte e Demóstenes. O primeiro vive entre os persas e chega a interessantes conclusões comparativas entre gregos e persas, tanto no âmbito cultural, social ou político. Para Xenofonte, a grande diferença da monarquia persa ante as *politéias* gregas era a relação do monarca com o grupo que o apoiava diretamente. Se naquela região o monarca realmente estava acima dos demais (representado, inclusive, como uma divindade); na Grécia, qualquer que fosse o sistema adotado pela pólis, o poder era dividido e, principalmente, regulamentado, por um grupo de pessoas que estavam, efetivamente, no mesmo patamar do detentor deste poder<sup>138</sup>. Essa comparação, apesar de não ser explicitada como tal, se torna uma óbvia alegoria aos conceitos de civilidade, ou melhor, de *oikoumené*. O segundo autor, Demóstenes, escreve em um período mais avançado contra um “novo inimigo” dos gregos, o reino Macedônico. Nas suas conclusões sobre a tentativa macedônica de se tornar hegemônica sobre a Grécia, sua crítica está sempre direcionada aos males que esta condição representaria a forma grega de se organizar em todos os âmbitos de sua tradição, afinal, ao aceitar se subjugar a um monarca externo e superior aos demais, a *oikoumené* grega desapareceria<sup>139</sup>.

Nota-se, então, claramente o ponto principal deste importante conceito que definia os próprios limites do que poderia ser chamado de “civilização grega”, a noção de um poder pessoal. Para os gregos, este poder precisava conhecer limites e, acima de tudo, respeitá-los. Da democracia ateniense à oligarquia espartana, todas precisavam se preocupar com essas questões e nunca ceder, pois ao fazê-lo estariam recaindo sobre o maior pecado político possível, a tirania. Para eles, esta palavra estava intimamente

---

<sup>138</sup> XENOFONTE. *Anábase*. Évora: Sementes de Mudança, 2008.

<sup>139</sup> DEMÓSTENES. *As Três Filípicas*: oração sobre as questões da Quersoneso. São Paulo: Martins Fontes, [s.d.].

ligada à ideia de demagogia<sup>140</sup> e representava o meio de se fazer política nos territórios periféricos aos seus, ou seja, o modo dos que se encontravam fora da civilização, da *oikoumené*. A preocupação em não reproduzir esta forma de governo dentro dos territórios gregos é antiga e já aparece nas obras iniciais da historiografia grega. Heródoto já se preocupa com a “maneira oriental” de se fazer política<sup>141</sup>, se tornando o modelo inicial das análises deste mundo considerado exterior ao deles. A partir desta obra, todos os outros autores que se preocupavam com estas questões estabeleceram uma dicotomia inexorável entre a *basiléia* (forma política difundida entre os gregos, na qual o(s) governante(s) deviam explicações aos seus pares) e a *monarquia oriental* (forma de poder na qual o governante assumia um poder sem limites). Obviamente, esta não era uma divisão de fácil delimitação e muitas vezes cumpriam papel político importante na legitimação de golpes políticos. Qualquer monarca escolhido, mesmo dentro de uma *basiléia* é, potencialmente, um tirano<sup>142</sup>, sua legitimação como governante sempre depende da força política do grupo que o apóia. Disputas internas eram comuns e a acusação de tirania por um grupo de elevado poder político de uma pólis normalmente deflagrava confrontos políticos que poderiam levar até a troca de governantes em golpes legitimados através do conceito subjetivo de civilização.

Contudo, o modelo grego logo seria suplantado. Com o advento de Felipe II da Macedônia e a subsequente vitória deste sobre aqueles, o conceito de civilização iria adquirir novas particularidades. Não seria, agora, apenas uma fronteira entre os que viviam dentro dela e os que viviam fora, na *barbárie*; nem simplesmente um motivo para que se pudesse defender a hegemonia local, mas também um dos motivos que impulsionaram Felipe II e, posteriormente, seu filho Alexandre a uma expansão territorial como nunca se havia visto nos territórios ocidentais. Não que isso fosse de um ineditismo absoluto. Os gregos utilizavam esta ideia com um princípio bélico, mas ou eram campanhas rápidas e pontuais, quase sempre ao largo do mediterrâneo, ou para embasar a defesa de territórios internos, como feito na campanha para conter o avanço dos Persas. Felipe e Alexandre seguiram em outra direção, tentavam levar a civilização até o mais longe possível. Surgiu assim a cultura helênica, baseada na cultura grega, mas com tantas influências como a quantidade dos territórios que eram conquistados.

---

<sup>140</sup> SUAREZ, D. P. **Las formas del poder personal: la monarquía, la realeza y la tiranía.** In: *Gérion*, 2007. 25. n. 1. pg. 127.

<sup>141</sup> *Ibid.* pg. 128.

<sup>142</sup> *Ibid.* pg. 132.

Alexandre seria considerado, inclusive, como o primeiro grande exemplo ocidental de um governante que tentou se tornar um conquistador universal<sup>143</sup>. Existiram outros antes dele que tinham este objetivo, mas foi ele o primeiro a transformar esta ideia em ações de proporções inimagináveis. Seus feitos seriam tão grandiosos que qualquer governante futuro ao querer demonstrar a grandeza de suas façanhas logo se equiparavam ou eram equiparados (seja pela *comparatio*, *aemulatio* ou *imitatio*<sup>144</sup>), dentre outros, a Alexandre. Essa prática perdurou por longos séculos. Justiniano, no século VI d.C., ainda foi um dos muitos que se equiparava a Alexandre, não apenas por pertencer a uma família macedônica, mas também por Alexandre permanecer como uma forte figura no imaginário político do mundo romano.

Não à toa, o grande herdeiro, no Ocidente, da preocupação com conceituações similares foi exatamente este mundo romano, simbolizado pela sua capital, a cidade de Roma e, posteriormente, Constantinopla. A *oikoumené* grega se tornava a *ciuitas* romana, termo que, dentro da história de Roma, adquiriu significados diversos e muitas vezes até antagônicos. Diferente dos gregos, os elementos agregadores dos romanos eram identificados mais facilmente. Isso se deve a própria organização social destes, mais centralizada e institucionalizada do que a daqueles. Mesmo com um território maior e inúmeras divisões provinciais, a existência de uma instituição central do poder sempre esteve presente, sendo os dois exemplos máximos, o Senado republicano, efetivamente uma instituição; e na figura do Imperador, que muito mais do que o comandante supremo do império era toda uma instituição, representada, sim, por um indivíduo, mas com características que o ultrapassavam. Os romanos diferiam dos gregos, também, quanto a sua posição dentro de um universo mais amplo; se ambos se consideravam superiores a todos os outros, os romanos utilizaram muito mais esta questão como uma importante premissa expansionista. Roma foi, no Ocidente, o primeiro grande exemplo de uma expansão (em todos os âmbitos, territorial, cultural, político, entre outros) em larga escala, pois foi a primeira unidade política que a manteve por longos séculos. Estas conquistas eram realizadas, em sua maioria, através

---

<sup>143</sup> PAGOLA, E. T. **La influencia del modelo de Alejandro Magno em la tradición escipiónica**. In: *Gérion*, 2003, 21, n. 1. pg. 138.

<sup>144</sup> Neste mesmo artigo de Elena Torregaray Pagola é feita uma excelente descrição destas três formas de equiparação muitas vezes entendidas, equivocadamente, como sendo a mesma coisa. A *comparatio*, ou a comparação, era o estabelecimento de paralelos por terceiros, que escreviam sobre personagens históricos tomando como modelo um que o antecedeu; a *imitatio*, ou a imitação, era um desejo consciente do imitador de plagiar tanto os atos como as ações de seu modelo; por fim, a *aemulatio*, ou a emulação, era voltada as grandes realizações, tentava-se fazer o que o modelo havia feito e, se possível, até superá-lo, mas sem, necessariamente, imitar seus meios.

de guerras. Essa foi uma característica muito exaltada por este povo, as vitórias militares eram sinais claros das exaltadas virtudes, como glória e honra. Mas conquistar novas terras era apenas o primeiro passo, que muitos antes de Roma já haviam dado em proporções semelhantes. O grande sucesso de Roma foi que pela primeira vez no Ocidente, o povo conquistador tinha meios e o interesse necessário para manter estas conquistas. A este processo os historiadores atuais costumam chamar de romanização<sup>145</sup>, que nada mais era do que a adaptação das culturas locais para que fossem incluídas no mundo romano. Apesar de ser uma estratégia que se baseava no consenso, na tolerância e na integração (Roma não excluía os nativos da administração da nova colônia)<sup>146</sup> o processo de inclusão não era tão profundo para que permitisse a inserção destes no conceito de civilização romana; eram súditos, mas sem cidadania<sup>147</sup>. Essa tênue linha muitas vezes causava subversão dos ideais em jogo, tanto do romano, quanto do conquistado. O cartaginês Tertuliano, um dos mais importantes escritores latinos da antiguidade, ao se dirigir aos seus compatriotas, resume esta ambígua situação na pergunta “*Quid nunc, si est Romanitas omni salus, nec honestis tamen modis ad Graios estis?*”<sup>148</sup>.

Nota-se, então, o porquê da preocupação com estas conceituações. Não eram todos que poderiam fazer parte do seletivo grupo que, ao menos na teoria, tinha possibilidades de participar ativamente da sociedade. Em um primeiro momento, o termo *ciuilitas* se confunde com o vocábulo “patrício”. Eram apenas os membros das antigas famílias aristocráticas da monarquia romana que tinham direitos sociais delimitados. No entanto, com as conquistas sociais da plebe já durante o período republicano, este conceito necessitou revisão, para englobar os “novos cidadãos” de Roma. Romano, ou civilizado (pois nesse período esta era a relação entre estes termos), eram aqueles que falavam latim, viviam nos territórios romanos e possuíam autonomia para participar das decisões políticas que organizavam a vida dentro dos domínios de Roma. Faltava, então, definir quem representaria o lado oposto desta alegoria, pois como já citado anteriormente neste trabalho, a definição de limites só se torna realmente visível quando uma contraposição é feita. Para o termo *ciuilitas*, foi contraposto o termo

<sup>145</sup> Apesar de ser um termo muito utilizado atualmente, as fontes do período utilizavam outro vocábulo, o de *romanitas*. MOLINA, Alejandro B. **Orbe romano e imperio global: la romanizacion desde Augusto a Caracalla**. Santiago: Editorial Universitaria, 2007. pg. 55.

<sup>146</sup> Ibid. pg. 46.

<sup>147</sup> BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino...**pg. 417.

<sup>148</sup> “Se a Romanitas é o meio de salvação para todos, porque então vocês se comportam como os Gregos, com modos tão pouco honrados”. TERTULLIAN, **De Pallio**. 4, 1. Amsterdan, 2005.



*barbarie*. Se o primeiro representava a cultura romana, o segundo significava todas as outras. Obviamente que os romanos notavam as imensas disparidades entre as culturas nas quais costumavam incluir dentro de um mesmo conceito, mas diferenciá-las não era um propósito que os servia.

Durante um longo período, este conceito iria permanecer com poucas alterações, apenas se adaptando a fatos pontuais na qual uma revisão fosse necessária. Isso, até o século IV, quando um novo elemento se torna primordial para entender a nova configuração deste ideal. Este elemento é o cristianismo, que no século IV, com os éditos de Milão e de Tessalônica, é permitido dentro do império romano até se tornar a religião oficial (respectivamente). Surgia um novo elemento. Os cristãos, alguns ainda considerados bárbaros pelos romanos, não podiam manter essa condição, já que Roma, agora, era a defensora formal desta fé. Agrega-se ao termo da *ciuilitas* o conceito de *christianitas*. Logo, para se tornar cidadão era necessária uma conversão e, logicamente, aos já convertidos facilitava-se a participação na sociedade. É importante lembrar que o cristianismo não surgiu no exato momento em que foi incorporado pelo mundo romano. Era uma religião há muito tempo instituída e, portanto, também teve que se adaptar a esta nova situação. A questão da escravidão, por exemplo, foi posta de lado, pois iria de encontro com uma das bases sociais e econômicas do império que a acolhia. A própria idealização do trabalho foi readaptada para que o impacto dos ideais católicos não fosse tão à contramão do que defendia a organização política romana, exemplo máximo é a ideologia de São Bento “*Ora et Labora*”<sup>149</sup>, que promovia uma valorização do trabalho através da aceitação do sofrimento. Além disso, a Igreja cristã logo se adaptou, também, a organização social romana, se o império estava dividido em províncias, a Igreja criou as dioceses para contemplá-las e os patriarcados para agrupá-las em blocos maiores de mais fácil administração. Nas cidades, se aproveitava da situação do Ocidente para promover a Igreja como o único meio de salvação e sobrevivência do Império (aqui a própria ideia da *ciuilitas christianitas* aparece), nos campos se utilizava das figuras dos “santos homens”, modelos que mesmo sem o apoio formal da Igreja ajudavam na difusão da fé cristã<sup>150</sup>.

Mesmo com toda essa adaptação, o cristianismo não era uma baliza tão simples de se seguir como parece. Apesar de aparentar uma unidade, é sempre necessário se

<sup>149</sup> “Reze e trabalhe”. BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino...**pg. 305.

<sup>150</sup> KAPLAN, M.; DUCCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente**. Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994. pg. 45.

perguntar de qual cristianismo se estabeleceriam estes limites. Ainda mais quando se analisa o contexto no qual a integridade territorial romana é desmantelada pelas invasões e conseqüentes conquistas de diversos povos germânicos. Grande parte destes, ao se estabelecer no antigo território imperial, logo tentou copiar diversas características romanas e o cristianismo foi uma delas. Mas o cristianismo que chegou a esses povos nem sempre foi o defendido pela instituição religiosa. Por isso ocorreram nesta época os primeiros concílios, os quais definiram os rumos que a Igreja necessitava para delimitar qual seria o “verdadeiro cristianismo” ou a “verdadeira fé”. O primeiro destes concílios foi o de Nicéia e nele foram decididos quais seriam os princípios básicos da fé cristã, baseado na santíssima trindade e de como esta habitou o corpo de Cristo. Constituiu-se então o denominado “credo niceno” (termo utilizado até os dias de hoje). O importante é perceber que para existir esta preocupação algo digno de atenção e que contrariasse esse direcionamento dogmático precisaria ter acontecido. Neste caso, se torna bastante claro de que o concílio nada mais foi do que uma resposta ao Arianismo, que estava encontrando uma grande aceitação entre os reinos germânicos estabelecidos dentro das antigas regiões de Roma.

Concílios posteriores, como os de Éfeso e da Calcedônia, tiveram motivos semelhantes. Respectivamente, combateram as doutrinas nestoriana e monofisita. Todas as três, ao serem rejeitadas pela Igreja se tornaram heresias e, conseqüentemente, proibidas dentro de terras cristãs. A rota de fuga destas ideologias foi a única possível, o Oriente. Essa difusão do cristianismo ao Oriente através de ideologias consideradas heréticas causou uma situação interessante, principalmente na porção oriental de Roma. Na constante confrontação com os Persas e os Árabes (que logo se tornariam muçulmanos) esses cristãos refugiados constituíam o grupo de mais fácil acesso. Essa situação se tornaria tão enraizada que mesmo muito tempo depois, já no século XIII, Marco Pólo, em sua famosa viagem à China, ainda considera encontrar nestes grupos redutos de “civilização” em meio à *barbarie*.

Os próprios concílios, de uma maneira geral, ajudam a entender como o Oriente e o Ocidente do império romano encaravam a questão religiosa de uma maneira diferente. Enquanto os realizados no Ocidente debatiam muito mais questões ligadas a terra ou a organização da própria riqueza adquirida, os do Oriente debatiam questões teológicas profundas<sup>151</sup>. Se o concílio de Nicéia estipulou o credo básico da Igreja, o de

---

<sup>151</sup> BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino...**pg. 305.

Constantinopla elevou a capital oriental do império ao mesmo patamar de Roma, decisão que desagradou, principalmente, os outros patriarcados (Antioquia, Alexandria e Jerusalém), causando diversas reações regionais contra estas deliberações. O concílio da Calcedônia, além de condenar a doutrina monofisita, é considerado como o verdadeiro fundador da ortodoxia, pois elevou o patriarca de Roma acima de todos os outros, o reverenciando com o título de papa, além de aumentar ainda mais a primazia do patriarca de Constantinopla no Oriente, na tentativa de diminuir o impacto da primeira decisão<sup>152</sup>.

De fato, os embates entre os patriarcas aconteciam muito mais internamente do que entre as duas porções territoriais, mas este é um fato de fácil percepção. O patriarca de Roma, agora chamado de papa, tinha mais preocupação em demonstrar poder no Ocidente já que poderia aproveitar a grande desagregação política dos reinos germânicos para se tornar o grande centralizador de poder nesta região (fato que efetivamente aconteceu), do que enfrentar o imperador do lado oriental, que centralizava o poder em sua figura, aliado a disputas com o patriarca de Constantinopla, também instituído com o poderio na região pela própria Igreja.

O patriarca de Constantinopla, por sua vez, dificilmente interferia nas questões ocidentais, pois tinha grandes disputas em seu próprio território, seja com os outros patriarcas, seja com o imperador, muito ligado às questões religiosas. Neste segundo caso, contudo, as reivindicações patriarcais não eram uma causa tão perdida como a historiografia costuma alegar. Muito desta ideia se deve a cunhagem do termo “cesaropapismo”, amplamente utilizado para os imperadores da porção oriental de Roma. O termo nada mais é do que uma junção de outros dois vocábulos, César e papa, indicando que o detentor deste título possuía autoridade máxima para questões tanto temporais, como seculares. Primeiramente, é importante citar que os próprios imperadores não se designavam com este título e ele sequer aparece nas fontes orientais. O mais provável é que este tenha sido um termo criado no Ocidente com intuito de enfraquecer o poder do patriarca de Constantinopla para demonstrar a vantagem da Igreja ocidental em possuir seu próprio território, além de relacionar o poder religioso com o suposto detentor do mesmo em áreas orientais, o imperador<sup>153</sup>. Conflitos entre os dois eram relativamente constantes, contudo o mais comum era uma convivência

---

<sup>152</sup> KAPLAN, M.; DUCCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente...**pg. 47.

<sup>153</sup> GEANAKOPOLOS, Deno J. **Church and State in the Byzantine Empire:** a reconsideration of the problem of caesaropapism. In: *Church History*, Vol. 34, No. 4 (Dec., 1965). pg. 381-382.

pacífica entre patriarca e imperador visando o bem do império de uma forma geral. Quando não resolvidos de maneira em que ambos os lados concordassem, a última palavra pertencia, normalmente, ao imperador, mas somente essa característica não é suficiente para institucionalizar essa situação. As leis também não eram parâmetros fáceis de entender, as atribuições dos cargos de patriarca e imperador não estavam em códigos organizados, mas sim em princípios produzidos internamente em cada uma das repartições. Confundia ainda mais a idealização do império oriental romano como a mimese perfeita do reino dos céus, na qual o imperador tinha a obrigação de defender os cristãos e sua organização<sup>154</sup>. Soma-se a tudo isso a própria interferência do imperador no processo de escolha dos patriarcas e aparenta-se que o termo “cesaropapismo” tinha um significado correto no contexto ao qual era direcionado. Entretanto, é necessário se observar as questões por outro prisma para se entender o grande equívoco da utilização deste conceito. Os imperadores, por exemplo, não possuíam autoridade para, sozinhos, definir as questões mais importantes da fé, as relativas aos dogmas da religião. Para isso precisavam convocar os concílios, na qual a decisão seria tomada pela deliberação de religiosos, o patriarca incluso. Os imperadores poderiam até tentar influenciar as decisões conciliares, mas nunca ignorar este procedimento. Uma forte interferência do poder temporal em assuntos seculares não causava apenas uma oposição do clero, mas também da população em geral, que não costumava ver com bons olhos estas intromissões<sup>155</sup>. Resumindo, esta questão sempre recaía sobre as personalidades de quem ocupava ambos os cargos. Se o imperador fosse uma pessoa de caráter forte e com uma ampla base de apoio, suas decisões quase sempre deviam ser aprovadas pelos meios que fossem necessários, mas a recíproca era verdadeira e patriarcas poderosos poderiam ser grandes influenciadores de políticas imperiais.

---

<sup>154</sup> Ibid. pg. 385.

<sup>155</sup> Ibid. pg. 390.

## 1.2.O conceito de civilização na fonte proposta

O autor escolhido como fonte para este trabalho se insere exatamente nesta perspectiva. Ao observar o ocidente cair em mãos “bárbaras” (mesmo que convertidos), tenta direcionar suas “tentativas civilizacionais” ao Oriente, imaginando poder contar com a participação dos cristãos exilados neste extremo geográfico. Por isso surgem, neste período, diversas obras que ilustram a distribuição dos lugares da Terra. Mais do que tratados geográficos, eram tentativas de se incluir certas sociedades dentro do conceito de civilização e novamente atingir a tão almejada “unidade”. Identifica-se, então, que a obra de Cosme possui muito mais do que um simples sentido geográfico ou teológico. Existe um aspecto muito pouco trabalhado, bastante implícito, que parece transcender todas as querelas políticas e religiosas discutidas anteriormente e que possui um objetivo exatamente contrário, o de agregar. E o conceito chave para se entender esta faceta da obra é, novamente, o de civilização, de *oikumene christianitas*. Cosme, em sua obra, muito discretamente, parece indicar uma via alternativa, mas não inédita e muito menos contrária, desta noção tão cara aos poderes políticos da época. Mesmo se referindo aos locais e comunidades que em uma primeira análise parecem divergir das políticas oficiais, com uma visão mais aprofundada mostra-se em total sintonia com os acontecimentos do grande centro político, econômico e religioso de sua época, a cidade que atraía para si todos os olhares, Constantinopla.

Ao promover um levantamento das comunidades cristãs dentro e fora do império, exatamente nas regiões que Justiniano pretendia ou reconquistar ou expandir seu domínio, fica a pergunta: teria Cosme Indicopleustes direcionado sua obra ao Imperador? E se assim o fez, teria tentado propor a ele que o caminho mais rápido para esta expansão seria o de revalidar as diferentes correntes da cristandade sob sua tutela, pois estas já estavam difundidas nos alicerces dos territórios pretendidos? Apesar de ficar claro que a iniciativa parte muito mais do viajante para o imperador do que o contrário – pois Justiniano dificilmente teria encomendado a obra diretamente a Cosme – quando se analisa o contexto juntamente com algumas passagens da obra, as perguntas acima parecem fazer muito sentido.

Como a sacralidade do poder imperial é um dos pilares fundamentais da vida política bizantina, a religião se tornava um dos caminhos, e talvez o mais direto deles, para que uma concepção de civilização alcançasse as partes mais remotas. Mesmo se

essas constituíssem comunidades ilhadas em territórios de dominação distinta, elas sempre tendiam a se identificar mais com as outras diversas populações cristãs, próximas ou distantes, do que com as imediações territoriais que as circulavam. Nota-se que Cosme incluía seus anseios dentro de todo um imaginário inerente a construção da imagem do poder imperial<sup>156</sup>, *Imperator Defensor Christianitas*, onde há um cristão, há a civilização e é dever do imperador protegê-lo. A grande barreira para essa concepção aparenta ser a de que esses cristãos orientais seriam na verdade, em sua maioria, hereges, pois acreditavam em dogmas condenados pelos concílios e era, pelo contrário, função do imperador perseguí-los e expulsá-los da civilização. Essa ideia parece se agravar quando se lembra que Justiniano foi um dos imperadores mais ativos nessa perseguição dos hereges dentro do território imperial. Contudo, as comunidades que Cosme descreve e de certa maneira defende não se encontravam dentro do império romano e a aceitação de cristianismos distintos ao do credo niceno fora dos territórios imperiais não era uma exclusividade de Justiniano e muito menos acabou com a morte dele. As forças centralizadoras ocidentais, historicamente, têm mais facilidade em aceitar ideias diferentes das pregadas como verdade absoluta quando estas se encontram fora de seus domínios e ainda mais quando podem auxiliá-las de alguma maneira. E esta era a situação, os territórios pretendidos tinham comunidades cristãs já estabelecidas há muito tempo e estas tendiam a se identificar com a cristandade ortodoxa de Constantinopla, até porque buscavam voltar a “legalidade”. Cosme entende a situação e percebe que as políticas imperiais não apenas de Justiniano, mas da própria Igreja assumiam tons diferentes quando relacionadas ao Ocidente ou ao Oriente. Por isso propõe o caminho que, na sua visão, facilitaria os projetos de ambos os lados. Se as comunidades cristãs consideradas hereges poderiam facilitar a expansão da civilização ao Levante, essa civilização as aceitaria novamente como parte dela.

Não é coincidência, também, que um dos aspectos principais da obra seja a discussão dos “lugares do mundo” e sua disposição. Ao fazer isso, com o intuito de provar que as Sagradas Escrituras estavam certas, o autor pôde discorrer sobre as comunidades cristãs que habitavam esses lugares. Direcionar esta análise no lado oriental do império, onde as comunidades são, em sua maioria, monofisitas ou nestorianas (em suma, consideradas heréticas) tornava-se quase como uma proposta de

---

<sup>156</sup> CREMADES, Fernando Checa. **Imágenes y Lugares:** el sitio del retrato del rey. In: Quintas Jornadas de Estudios Históricos organizadas por el Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea de la Universidad de Salamanca, 1995. pg. 60.

que esta expansão ao Oriente só seria possível caso a fé cristã fosse realmente unificada sob a proteção do imperador.

A defesa da cristandade se torna a defesa da civilização. Se antes Roma era o estandarte da *civilitas*, Constantinopla se torna o equivalente da *christianitas*. A ideia de que o Império Romano era um império universal, que abrigaria toda a raça humana e estenderia sua soberania e hegemonia por todo o mundo (*orbis terrarum*) aparecem desde a época de Augusto<sup>157</sup>, no século I a.C. Mas ainda se faz necessária uma explicação, este conceito não pode ser aplicado como o seria nos dias de hoje. Esta confusão entre *oikumene* e a Terra em sua totalidade, notada claramente em Cosme, não é de forma nenhuma apenas um desejo de que o império por ele defendido, através da fé por ele proclamada, atingisse os quatro cantos do planeta. Claro que o era também, mas para ele o Império Cristão sempre seria universal meramente por considerar os que estavam alheios a este fora da noção de civilidade e, por assim dizer, excluídos de qualquer classificação até que se civilizassem, neste caso, se cristianizassem.

Esta relação é bastante fácil de entender. Uma forte analogia entre o cargo imperial, a cidade de Constantinopla e o cristianismo era bastante comum neste contexto. E entendê-la não é das tarefas mais complicadas. A ideia de Roma, como instituição própria e centro de tudo, estava cada vez mais prejudicada com as inúmeras perdas territoriais no Ocidente. Todas as instituições, como as magistraturas, perdiam proporcionalmente a este fato, o poder e a autoridade que outrora possuíam. Restava, apenas, uma possibilidade da concentração desta característica, a figura do imperador do Oriente. O poder de Roma estaria, então, relacionado diretamente a este cargo, muito mais do que a pessoa que o exercesse, mas as diretrizes que a mesma teria que observar. Roma já não estava mais em Roma, e sim na figura do imperador<sup>158</sup>. Este poder tornou-se, portanto, bastante oscilante, já que dependia da pessoa que ocupava este cargo. A relação deste com a cidade de Constantinopla é ainda mais direta. Constantinopla era a nova Roma, sede do império, ou ao menos o que restava dele, e cidade eterna. Era o grande baluarte da civilização e o local no qual o antigo esplendor romano sobrevivia. Possuía uma grande população urbana, era um imenso centro comercial, com diversas e importantes rotas passando por seus territórios; e cultural, com algumas das mais importantes universidades do mundo mediterrâneo. Mas muito mais do que isso, era

---

<sup>157</sup> VEGA, M. J. Hidalgo de la. **Algunas Reflexiones sobre los limites del olkoumene em el Império Romano**. In: Gérion. 2005. 23. n. 1. pg. 274.

<sup>158</sup> BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino...**pg. 419.

uma cidade cristã desde quase a sua fundação<sup>159</sup>. Se o cristianismo era uma das mais fortes características deste novo conceito de civilização, Constantinopla era o seu símbolo.

Cosme Indicopleustes demonstra em diversas passagens de sua obra compreender esta situação. Ainda mais por ter sido contemporâneo de um personagem que elevou estas relações exponencialmente, o imperador Justiniano. Proveniente de uma família macedônica, Justiniano assume o trono sucedendo a seu tio, Justino. Os anos iniciais de seu governo são bastante conturbados. Sua grande vitória na revolta popular de Nika<sup>160</sup> é considerada, por muitos historiadores, como o ponto de virada de seu governo. Foi somente após esse acontecimento que pode governar com a autoridade pela qual ficaria conhecido até os dias de hoje e partir nas empreitadas que simbolizariam sua administração. Como já comentado anteriormente, a mais célebre destas foi, sem dúvida alguma a tentativa de expansão territorial, a chamada *renovatum imperium*. Esta ação imperial foi controversa em alguns pontos. Se dentro dos territórios orientais Justiniano era um ferrenho defensor do ortodoxismo, nos territórios que almejava conquistar, seja no Oriente, seja no Ocidente, esta questão era relevada. Especula-se que muito deste “esquecimento” era influência de sua – politicamente forte e com tendências monofisitas – esposa, a imperatriz Teodora. Mas somente este fato não explicaria tanta aproximação de Justiniano com estes grupos. Fica claro que realmente o imperador buscava utilizar estes grupos para tentar cumprir um objetivo maior, a ampliação da fé cristã e conseqüentemente de seus domínios, já que ele personificava a figura terrena central desta crença.

Foi exatamente essa característica que possibilitou alguns escritores, como Cosme, visualizar a unidade cristã englobando, novamente, as crenças há pouco condenadas pelos concílios. Os grupos dos quais ele tentava se aproximar cada vez mais facilitavam essa identificação, pois viam no imperador, mesmo com as freqüentes condenações as suas crenças pelos concílios da Igreja, a chance de retornar a civilização da qual haviam sido excluídos. Cosme personifica essa tentativa, desde o começo de seu texto, transparece a tentativa da inserção da porção Oriental do território e do aspecto

---

<sup>159</sup> KAPLAN, M.; DUCCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente...**pg. 41.

<sup>160</sup> Nika, do grego “vitória”. Revolta popular ocorrida em Constantinopla no ano de 532. Inicia-se no hipódromo da cidade e assume proporções tão grandes que transfere um grande caos a toda cidade. Após, aproximadamente, uma semana de hostilidades e a quase renúncia do imperador, seu principal general, Belisário, cerca o hipódromo e massacra os grupos políticos (Verdes e Azuis, principalmente) envolvidos na insurreição.



religioso na questão civilizacional. No primeiro capítulo de sua obra, ele procura definir quem faz parte da cristandade e quem não o faz, ou seja, quem faz parte da civilização e quem não o faz. Chamou este primeiro livro de “*Contra aqueles que se dizem cristãos, mas acreditam e professam, como aqueles de fora, que o céu é esférico*”<sup>161</sup>. Apesar de parecer uma simples discussão de um preceito (de que a Terra seria plana) o qual apenas alguns acreditavam e que, inclusive, chegou a causar certa repulsa à obra de Cosme, é mais do que isso, demonstra a tentativa do autor, um herege, de se adaptar aos preceitos da ortodoxia nicena, a mesma que condenava sua crença, mas que também regulamentava a posição que ele aspirava ao grupo que procurava representar. Alegações como esta

Aqueles que chamarem estas pessoas de ‘duas caras’ não estarão errados, pois, vejam vocês, eles alegam acreditar no que nós dizemos e no que dizem aqueles que estão contra nós (...) de maneira alguma eles podem ser considerados como um de nós, tentam ocupar uma posição intermediária, como casas vazias suspensas no ar, sem alicerces sob elas e sem nada que as segure pela parte superior.<sup>162</sup>

são extremamente freqüentes por todo o capítulo e bastante questionáveis na obra de um autor que, ao que tudo indica, era um desses que acreditava em algumas questões propostas pela ortodoxia e em outras não. Mas a própria dúvida causada pelo próprio Cosme, que em momento nenhum se declara abertamente como um nestoriano, parece fornecer indícios de uma possível resposta.

As indicações ao nestorianismo de Cosme permeiam toda a obra. Quando cita parte de seus dados biográficos, no segundo livro<sup>163</sup>, o nome de maior destaque dado a um de seus professores é o de Patricius, arcebispo da Pérsia no período em que esse território era, quando cristão, predominantemente nestoriano, sendo o próprio arcebispo bastante ligado a este viés religioso. Cosme chega a chamá-lo de homem divino e ilustre professor (provavelmente um dos personagens que apresentou a Cosme toda a bibliografia clássica da qual ele tem conhecimento, mesmo sem possuir estudos formais). Outro indício é fornecido quando, ao enumerar as seitas heréticas, nomeia os

---

<sup>161</sup> COSMAS INDICOPLEUSTES. **Christian Topography**. Trad. de J. W. McCrindle, Hakluyt Society, 1998. Londres, 1897. pg. 13.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> Ibid. Pg. 14.

apolinários, os maniqueus, os marcionistas, os eutiquianos e os arianos<sup>164</sup>. Difícil imaginar um esquecimento das maiores seitas heréticas do período, o monofisismo e o nestorianismo. Essa supressão precisa de motivos fortes para ter sido feita. Imagina-se, então, que não apenas seja a seita a qual Cosme seja seguidor, mas também por ambas serem as mais presentes nas áreas as quais ele descreve e, conseqüentemente, as que ele espera conseguir unificar no conceito de civilização<sup>165</sup>. Soma-se a isso o fato de que suas exposições das Sagradas Escrituras e suas descrições do Mundo seguem as ideias de Teodósio de Mompuesta e Diodoro de Tarsus, dois dos principais professores do nestorianismo e de que sempre que descreve sobre a figura de Cristo e sobre a encarnação da Palavra, utiliza de expressões normais dos nestorianos<sup>166</sup>, tratando as naturezas de Jesus e Cristo como distintas, mas referentes à mesma pessoa. Mas tudo isso é questionado por uma única expressão utilizada em uma passagem de sua obra, na qual ele se refere à Maria como “*Mãe de Deus*”, simplesmente contra tudo o que defendia o nestorianismo. As possíveis explicações para essa passagem são diversas. Pode indicar, como o próprio desconhecimento do nome do autor<sup>167</sup> sugere, uma obra escrita por várias mãos, afinal a ideia de inspirar uma nova aceitação de seitas tão difundidas no Oriente não deveria encontrar dificuldade de aceitação em certos grupos. Ou ainda que Cosme não foi o redator final da mesma, pois indica que a escreveu em um mosteiro, muito após as suas viagens. Não seria impossível imaginá-lo ditando o conteúdo para que outras mãos, nem sempre com os mesmos ideais, a escrevesse.

Essa é uma questão que ficará aberta. O importante aqui é perceber que indiferente da seita que seguia, era uma via alternativa ao ortodoxismo. Por isso, sem qualquer sombra de dúvida, o medo de represálias deveria ser bastante forte no autor, afinal a condenação do nestorianismo e do monofisismo e a retaliação aos escritos dessas doutrinas (no cisma dos três capítulos) eram extremamente recentes. Adiciona-se a isso o direcionamento que sua obra parece adquirir, pois se o autor desejava inserir um determinado grupo dentro de um projeto civilizacional da ortodoxia cristã, precisava

---

<sup>164</sup> Ibid. Pgs. 212 e 213.

<sup>165</sup> Os próprios conflitos entre as seitas heréticas eram muito mais comuns em territórios ocidentais. Utilizando inclusive as duas suprimidas por Cosme, sabe-se que o monofisismo surgiu como resposta e crítica ao nestorianismo, tornando-se as duas ideologias totalmente opostas. No Oriente, no entanto, após a condenação de ambas, o que mais se via era uma convivência pacífica e muitas vezes até interligada no sentido de tentar uma unificação total da fé cristã, unindo forças contra o “inimigo comum” (entre aspas, pois tentavam se integrar a ele, e não aniquilá-lo), o ortodoxismo.

<sup>166</sup> COSMAS INDICOPLEUSTES. *Christian Topography...* Pgs. 187 e 188.

<sup>167</sup> O que não se constitui algo incomum. Cosme pode ser um código para Cosmos assim como João Climacus foi assim chamado por muito tempo por escrever uma obra chamada “Climax”.

proclamá-la mesmo que não acreditasse em todos os aspectos por ela defendidos. Enfim, uma nova discussão dos dogmas conflitantes só poderia ser feita em igualdade de condições a partir do momento que todos, novamente, fizessem parte do mesmo grupo.

No segundo livro de sua obra, ainda com a mesma intenção de provar que a Terra teria um formato plano, Cosme começa a descrever os locais pelos quais passou durante as suas viagens e as populações que lá habitavam. Neste livro as influências de diversos autores são claramente notadas e o próprio Cosme chega a citá-las. Mesmo indicando, como já citado, que não possuía educação formal, não é complicado entender como teve acesso a essas obras. Por constantemente exercer o ofício de viajante, necessitava conhecer os trabalhos geográficos do período, pois se lançar a tamanha empreitada sem apreciar anteriormente trabalhos que descreviam as rotas que deveria traçar é algo, aqui sim, impensável. Sem contar a influência que teve de alguns dos mais famosos professores da época, como o supracitado Patricius, que mesmo sem formalmente o tomarem como discípulo, devem ter lhe apresentado alguma da historiografia que admiravam.

De Estrabão e Ptolomeu, ele copia o estilo, procurando ser o mais fiel possível nas descrições geográficas que propõe em sua obra; das Sagradas Escrituras, busca toda a fundamentação de seu conhecimento e das experiências vividas, adequando todas elas aos preceitos religiosos que defende; de Heródoto, Cosme empresta a metodologia, escreve não apenas sobre o que viu, mas também sobre o que somente ouviu falar. “(...) *os fatos que eu acabei de narrar são tanto resultados de minha própria observação como contados por comerciantes que frequentemente exercem suas atividades nestas regiões (...).*”<sup>168</sup>

Seu livro é uma grande coletânea de acontecimentos tanto vividos pelo autor como de reproduções de histórias que lhe foram contadas e a divisão entre estas é bastante difícil de realizar, já que o autor não explicita onde uma acaba e outra começa e que temos pouquíssimas informações adicionais de suas viagens com as quais poderíamos traçar paralelos válidos. Uma rota possível é passível de ser imaginada, sendo qualquer desvio muito grande uma provável inserção de narrativas de terceiros, mas como o livro não segue uma linearidade temporal, esta característica se torna ainda mais complicada de ser analisada com exatidão matemática. Mas esta não é, sequer, a

---

<sup>168</sup> COSMAS INDICOPLEUSTES. *Christian Topography*...Pg. 28.

intenção deste trabalho. O importante, aqui é compreender porque os locais citados assim o foram e como estas citações servem ao propósito do autor.

Para Cosme a divisão entre cristãos (lembrando-se aqui que, ao menos pelo que consta em seus escritos, o nestorianismo e o monofisismo não eram enumerados como seitas heréticas) e não cristãos é tão forte que, mesmo quando os dois grupos concordam em algum aspecto, Cosme os critica por não acreditarem da forma como ele acha que deveriam, um bom exemplo deste caso é um dos fundamentos de sua obra, a divisão dos lugares do mundo.

Mesmo os pagãos, aproveitando os ensinamentos de Moisés, dividem todo o mundo em três partes, Ásia, Lybia e Europa, sendo a Ásia a parte ao leste; a Lybia ao sul se estendendo ao oeste; e a Europa ao norte, também se estendendo ao oeste. Também dizem os pagãos, e com razão quando referente a este assunto, que nesta nossa parte do mundo existem quatro golfos que penetram do oceano (...).<sup>169</sup>

Para Cosme, explicações diversas, mesmo que com resultados iguais a que ele propõe, não podem ser aceitas por qualquer um que se considere verdadeiramente cristão, ou como este trabalho tenta relacionar, civilizado. A mesma descrição, na versão de Cosme, precisa constar que o mundo é circundado por um oceano externo e que este separa os territórios terrenos do paraíso terrestre, que os seres humanos habitam esta região após a viagem de Noé com sua bíblica arca e que as três divisões territoriais propostas tem relação direta com a divisão do território pelos mesmos filhos de Noé, alegando até semelhanças dos nomes dos povos que, em sua época, habitavam essas regiões com supostos fatos bíblicos. Com essa analogia tão direta, o autor transfere a importância da fé que defende até os primórdios da criação humana. Para ele, existiam os que acreditavam na verdadeira fé e os que não acreditavam, mas todos provinham dela e a ela deveriam voltar. Dependia do defensor da Igreja, o imperador romano, redirecionar esforços a isso e demonstrar o conhecimento, a civilidade, que estes povos tinham perdido pela história.

Mas Cosme não gastou seu tempo tentando propor uma maneira de como essa tarefa poderia ser realizada. Aqui temos um novo paradoxo na obra de Cosme, pois ao mesmo tempo em que ele criticava as pessoas que “não seguiam a verdade”, ele as

---

<sup>169</sup> Ibid. pg. 23 e 24.

rejeita de uma maneira tão veemente que sequer propõe uma forma de convertê-los. Apesar de não se encontrar explícito no texto, a obra tem a finalidade de indicar que os redutos de civilização, ou seja, as comunidades cristãs já previamente estabelecidas nos territórios orientais deveriam ser protegidas do inimigo externo, através de qualquer método. A conversão até poderia acontecer, mas de maneira esporádica e interna. A política oficial deveria, então, favorecer o corpo cristão já constituído, isso porque, provavelmente, Cosme, por ser um viajante que frequentemente percorria estas terras, deveria ter algumas relações pessoais com estes grupos.

A primeira descrição mais completa, de uma de suas viagens, que consta em sua obra é referente ao reino de Axum, mais especificamente da cidade de Adulis e do trono real de mármore que adornava a cidade.

Na costa da Etiópia, a duas milhas da costa, existe uma cidade chamada Adulê, na qual existe um porto axômite muito freqüentado por mercadores provenientes da cidade de Alexandria e do golfo Elanítico. Logo na entrada oeste da cidade, rota para Axômis, encontra-se um grande trono de mármore. Este trono pertenceu a um dos Ptolomeus, os quais subjugaram este reino a sua autoridade.<sup>170</sup>

Começar seu relato com este reino, e mais especificamente com a descrição deste trono não é mera razão do acaso. O reino de Axum, não há muito tempo, havia adotado o cristianismo (no século IV, o monarca Ezana adota essa religião e é batizado sob o nome de Abriha). No entanto, não era qualquer tipo de cristianismo e muito menos provável que tenha sido o catolicismo ortodoxo. Essa conversão aconteceu, muito provavelmente, devido à grande influência das comunidades heréticas cristãs que, ao fugir da perseguição ortodoxa, se estabeleceram no norte do continente africano. A inscrição no trono, descrita nos mínimos detalhes por Cosme, novamente serve ao seu propósito. Apesar de ser uma descrição com inúmeras referências pagãs, por ser bastante completa e descrever alguns fenômenos naturais incompreensíveis a época, Cosme aproveita para manipular os fatos e descrevê-los como profecias bíblicas. Com isso estende o domínio cristão a este mundo, que mesmo não aceitando a verdadeira fé no momento da construção deste monumento, sofria as conseqüências da mesma.

---

<sup>170</sup> Ibid. pg. 28.

Ao continuar a descrição de suas viagens, as rotas por ele descritas certamente não são, exatamente, as percorridas por ele durante suas viagens. O texto final foi produzido posteriormente e relata mais do que apenas uma de suas rotas habituais. “*Quando eu estava nestas partes do mundo, a mais ou menos vinte e cinco anos atrás, no início do reinado de Justino*”<sup>171</sup>. Por isso confusões e rotas impossíveis são provavelmente falhas na memória do autor ou mesmo desvios propositais na tentativa de se demonstrar algo. Neste segundo caso, fica clara a intenção do autor de tentar direcionar a leitura de sua obra e com isso influenciar seus possíveis leitores. A rota final que Cosme descreve, norte africano, mares da Índia, ilhas ao sul do continente e rotas para um grande território produtor de seda (provavelmente a atual China ou territórios adjacentes), nada mais é do que a própria rota de fuga dos cristãos considerados heréticos pela ortodoxia iniciada pelo concílio de Nicéia. Discutir questões dogmáticas e políticas durante a viagem por esses territórios e utilizá-los para comprovar suas teorias, por mais absurdas que pudessem parecer, forma uma forte analogia destes territórios com os padrões exigidos de civilização. Novamente um paralelo com o projeto expansionista de Justiniano e a ideologia que estes grupos defendiam da finalidade do império romano precisa ser feita. Justiniano, ao propor a reconquista não tinha a mínima intenção de retornar ao antigo sistema de governo, queria criar um novo, baseado no antigo, mas centrado em sua pessoa, na figura do imperador. Seu maior artifício era utilizar a ideia de que Roma era o império celestial, mas não a Antiga Roma, a sua Roma. Cosme concordava com isso e utilizava comparações com o texto bíblico para comprovar essa doutrina.

*“E nos dias destes reis, o Deus dos céus irá organizar um reino que nunca deverá ser destruído ou conquistado por outros, deverá durar para sempre”* (Dan, ii, 44). (...) aqui ele se refere a Jesus Cristo e, em outras palavras, apesar de subliminarmente, ao império romano, contemporâneo ao nascimento de Jesus. (...) a expressão “*para sempre*” deve ser aplicada como ao que se refere ao Lorde Cristo, ou seja, que significa uma duração infinita (...) essa expressão aplicada ao império romano, que é contemporâneo ao nascimento de Cristo, significa que o império não poderá ser destruído enquanto esse mundo existir (...) e mesmo que por causa de nossos pecados, bárbaros hostis justaponham o domínio romano por alguns momentos, o valor daquele que governa o império irá continuar invencível, pois ele não restringe, mas aumenta a influência do cristianismo.<sup>172</sup>

---

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Ibid. pg. 31.

Nesta passagem todas as características mais importantes a esse trabalho do texto de Cosme aparecem. A ideia de Roma como um império de infinita duração estava cada vez mais abalada com as constantes derrotas para os bárbaros no ocidente. Justiniano se apóia nesta ideia na tentativa de reunificar estes territórios, mas suas vitórias não são efetivamente um sucesso. Cosme parece propor uma via que em primeira análise parece alternativa, se no Oriente o poder de Roma ainda é forte que a tentativa de unificação e expansão comece por este extremo geográfico e, para isso, o caminho mais fácil e rápido é o da unificação dos diversos cristianismos já presentes nestas regiões. Roma cumpriria o seu papel de império eterno e o imperador o seu, de defensor da sustentação desta ideia, o cristianismo.

É importante notar, também, que esta tentativa de civilização do Leste não é algo proposto inicialmente por Cosme. Os autores gregos historicamente preferem voltar suas atenções ao Levante em detrimento aos territórios ocidentais. As possíveis explicações para esse fato são inúmeras. A primeira deve ser remetida a própria relação que esses lados têm conservado ao longo dos anos. Se a lembrança grega do Ocidente remete a derrota, política, cultural, social e em quase todos os aspectos, ante aos romanos; o Oriente sempre foi o lado do qual os gregos saíram vitoriosos, seja no confronto direto, como nas guerras médicas contra o poderoso império persa, seja através da grande expansão de Alexandre, que mesmo se constituindo como um estrangeiro, um macedônico, levou a cultura helênica ao Oriente de uma forma jamais imaginada anteriormente. A divisão de Roma em Oriente e Ocidente iria aumentar ainda mais essas lembranças, afinal a parte oriental, que tinha como centro o antigo território grego discute cada vez mais a supremacia da cultura grega ante a latina e o período estudado marca exatamente a transição desta situação, já que Justiniano foi o último imperador a legislar oficialmente em latim e já aceitava a língua grega quase como uma segunda língua oficial do império.

O primeiro grande exemplo desta corrente de pensadores gregos preocupados com o Oriente no projeto de civilização pode ser o próprio Heródoto, já que nas suas “Histórias”, o grande tema é, sim, o império persa. Outro exemplo que pode ser citado é o do apologista grego do século segundo, Aristides de Atenas (também chamado de Santo Aristides ou Marciano Aristides). Convertido ao cristianismo escreve a obra “A Apologia de Aristides”, na qual descreve os hábitos e costumes dos quatro povos que habitam a Terra, os bárbaros, os gregos, os cristãos e os judeus, de acordo com a sua

divisão. O interessante da sua obra é a relação direta que faz entre bárbaros e gregos, chegando a comparar as divindades gregas com os povos bárbaros. Tudo isso para deixar claro que o caminho certo a ser seguido, o caminho da civilização, era o do cristianismo e que tanto gregos, quanto bárbaros, deveriam ser os primeiros a aceitar essa situação.

(...) os gregos são mais espertos do que os bárbaros, mas erraram muito mais do que eles inventando mais deuses do que deveriam. Alguns desses deuses são homens, outros mulheres, mas todos são adúlteros e assassinos, invejosos e ciumentos, apaixonados e irados, parricidas, ladrões e raptos.<sup>173</sup>

Apesar de parecer uma obra que não suporte discussões, várias questões foram debatidas e as respostas só puderam ser fornecidas quando as análises da obra de Cosme se desprenderam da característica mais criticada no próprio autor, privilegiar apenas as características literais do texto. A própria insistência dele em defender concepções, até certo ponto, já ultrapassadas em sua própria época faz parte de importante dado a ser analisado para a compreensão do autor. O historiador italiano Arnaldo Momigliano, grande expoente quando se analisam as permanências culturais nas sociedades, ao discorrer sobre a história eclesiástica, diz “*Igreja que rompe conscientemente com seus princípios e suas instituições é inconcebível*”<sup>174</sup>. Não que o contrário fosse impensável no contexto de Cosme, mas a aplicação de tantos métodos científicos durante o processo foi o que causou a grande repulsa de sua obra nos meios intelectuais. Mas novamente, somente se relevando estes aspectos que poderemos entender que Cosme, por mais estranho que possa parecer, estava apenas tentando encontrar o seu (e do grupo que ele se considerava representante) conceito de uma das ideias mais básicas de qualquer cultura, o conceito de civilização.

---

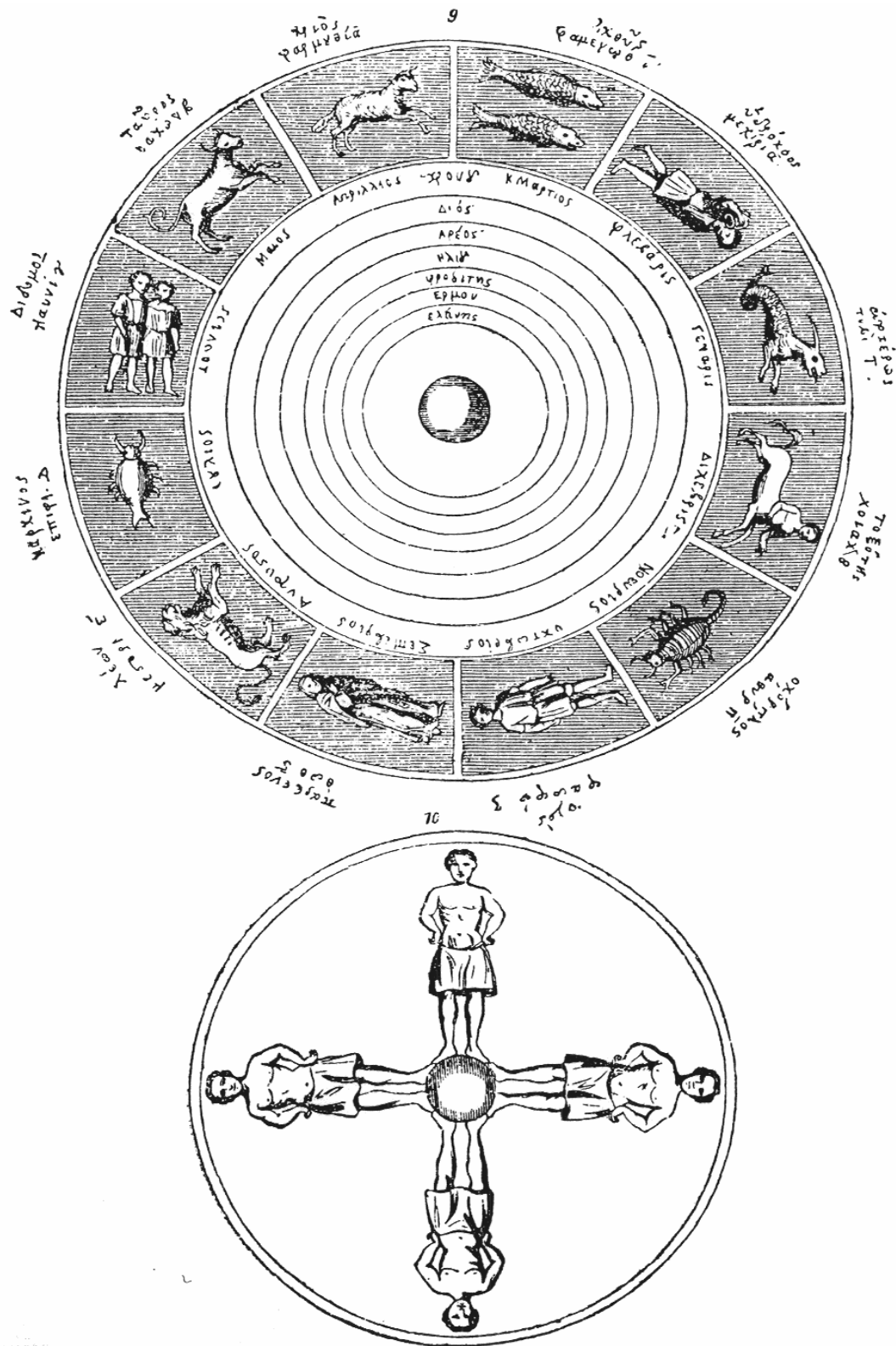
<sup>173</sup> HARRIS, J. R. **The Apology of Aristides**. Vol. 1, Texts and Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1891. Pg. 40.

<sup>174</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes clássicas da Historiografia Moderna**. Tr. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004. pg. 194.





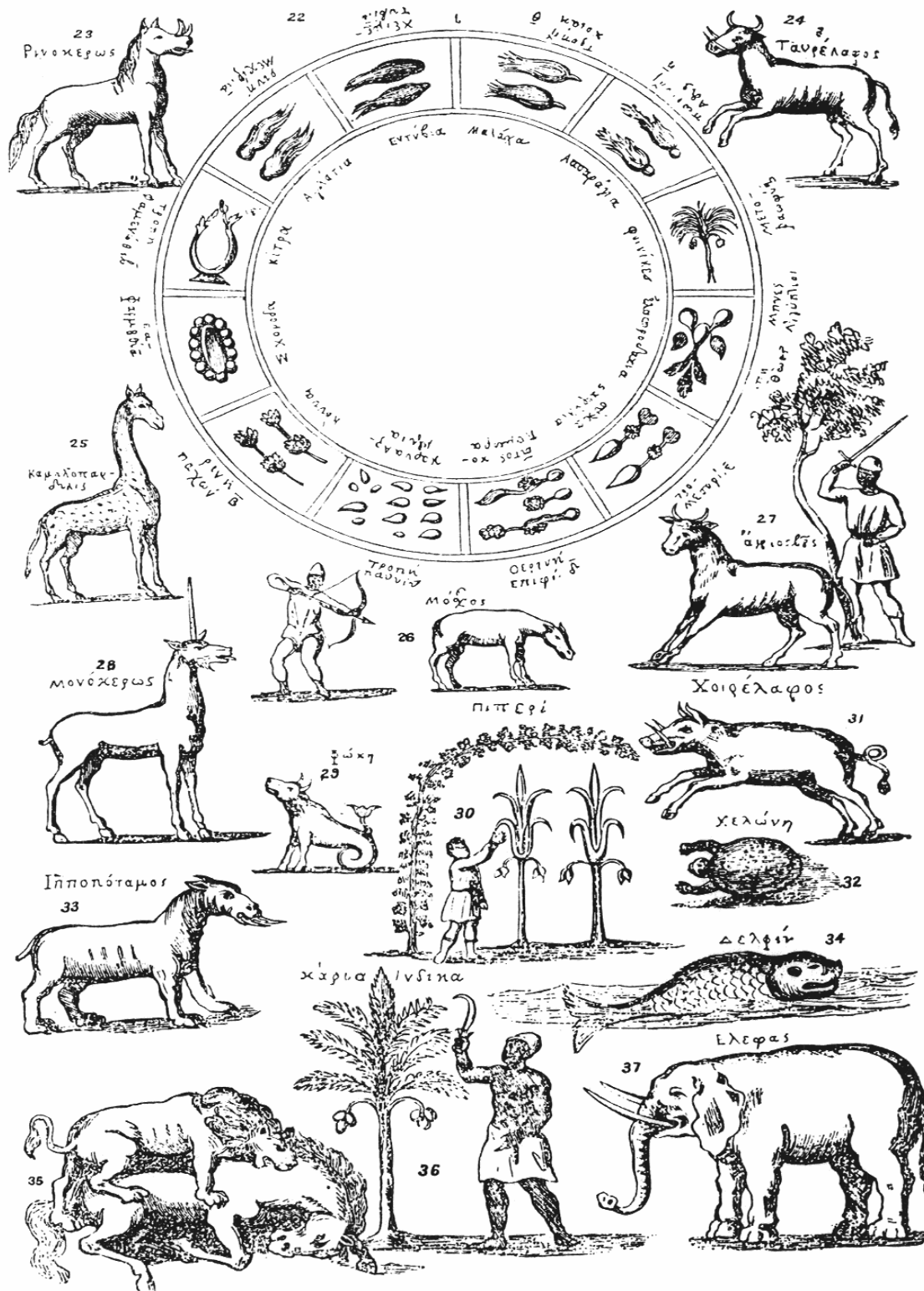
Figura 2. Desenhos de Cosme, 9 e 10.



Fonte: Cosme Indicopleustes. **Topografia Cristiana**. Trad. De J. W. McCrindle, Hakluyt Society, 1998. Londres, 1897.



Figura 4. Desenhos de Cosme, do 22 ao 27.



Fonte: Cosme Indicopleustes. **Topografia Cristiana**. Trad. De J. W. McCrindle, Hakluyt Society, 1998. Londres, 1897.

## **Explicação dos desenhos de Cosme.**

**Desenho 1.** A figura a direita representa a cidade de Adulê. A figura a esquerda, um viajante etíope da rota entre Adulê e Axomê. A figura no canto inferior esquerdo é a inscrição copiada por Cosme, nela aparece a figura de Ptolomeu Eugertês, em uma pose de guerra. O trono representado na parte inferior direita é creditado, por Cosme, erroneamente, ao mesmo Ptolomeu. No entanto foi construído em Adulê por um conquistador axomita.

**Desenho 2.** Representação do céu e da terra. A linha divisória representa o firmamento.

**Desenho 3.** Figura das águas acima do firmamento.

**Desenho 4.** Representação da grande montanha, além do sol e da lua abaixo do firmamento. Explicação de Cosme para o dia e a noite.

**Desenho 5.** Oikoumené, mundo habitado.

**Desenho 6.** Representação retangular da terra em que vivemos, com o oceano que a circunda e a terra exterior a esse oceano, onde ficaria o trono do paraíso e a morado do ser humano antes do dilúvio. Estão representados, também, os quatro golfos que penetram nos continentes, além dos rios provenientes do paraíso.

**Desenho 7.** Representação da Terra com as paredes que procedem dos céus. São mostrados os quatro golfos, a grande montanha e o relevo.

**Desenho 8.** Representação da grande montanha com as três rotas em diferentes alturas do caminho que o sol percorre, tornando os dias mais longos ou mais curtos.

**Desenho 9.** Figura do mundo de acordo com o sistema ptolomaico. São mostrados os doze signos do zodíaco com os nomes dos meses em romano e egípcio. A Terra, no formato que Cosme abominava, está no centro, circundada pelas orbitas, em ordem, da Lua, de Mercúrio, de Vênus, do Sol, de Marte e de Júpiter.

**Desenho 10.** Representação dos antípodas para provar sua impossibilidade.

**Desenho 11.** Representação das vestimentas dos pagãos que habitavam a Ática.

**Desenho 12.** Representação externa do tabernáculo. A linha dupla no centro, desenhada do norte ao sul representa o véu que divide o tabernáculo em santuário interno e externo. A parte a direita representa o santuário externo, que contém a mesa da

divisão do pão, o cajado de Aarão, as duas mesas da lei e a serpente. No interno estaria a arca do testemunho.

**Desenho 14.** Delineação da cobertura do tabernáculo e os grampos pelos quais eram unidas.

**Desenho 15.** Representação da mesa do tabernáculo e do candelabro de 7 velas, cada uma representando um dos dias da semana.

**Desenho 16.** A arca do testemunho. Acima dela representação dos querubins. Ao lado a figura de Zacharias, em um dos lados, e Abia, no outro.

**Desenho 17.** Representação do interior do tabernáculo.

**Desenho 18.** Acima os seres celestiais, no meio os seres terrenos e abaixo os já enterrados.

**Desenho 19.** Delineação do tabernáculo e de como as relíquias estavam dispostas em seu interior.

**Desenho 20.** Melchisedek em seus trajes reais

**Desenho 21.** Visão frontal e lateral de Aarão em seus trajes religiosos.

**Desenho 22.** Um círculo com os doze meses do ano e o que é produzido em cada um deles.

**Dos desenhos 23 ao 27,** todos são representações da fauna e da flora de Taprobane.

**Figura 5. Obelisco de Axum, descrito por Cosme em suas viagens ao Norte da África.**



Fonte: <http://www.ethioembassy.org.uk>

**Figura 6. Mapa do Império no auge das conquistas de Justiniano na *Renovatio Imperium***



Fonte: <http://2eso.wordpress.com/2006/11/26/analisi-de-un-mapa-historico/>

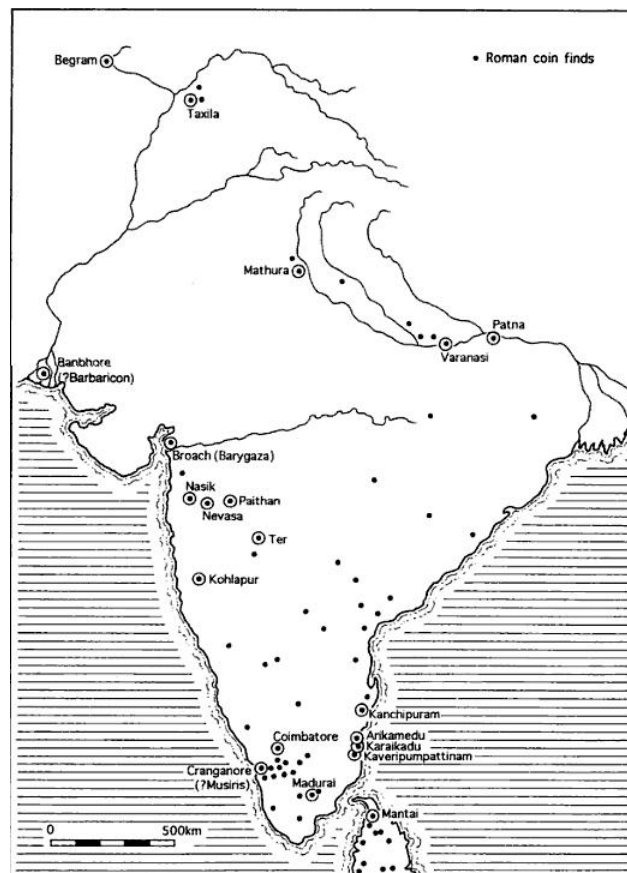


Figura 7. Mapa das principais Rotas da Seda.



Fonte: <http://www.people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch2en/conc2en/silkroad.html>

Figura 8. Sítios arqueológicos na Índia onde foram encontradas moedas romanas.



Fonte: BALL, Warwick. **Rome in the East: the transformation of an empire.** London: Routledge, 2000.

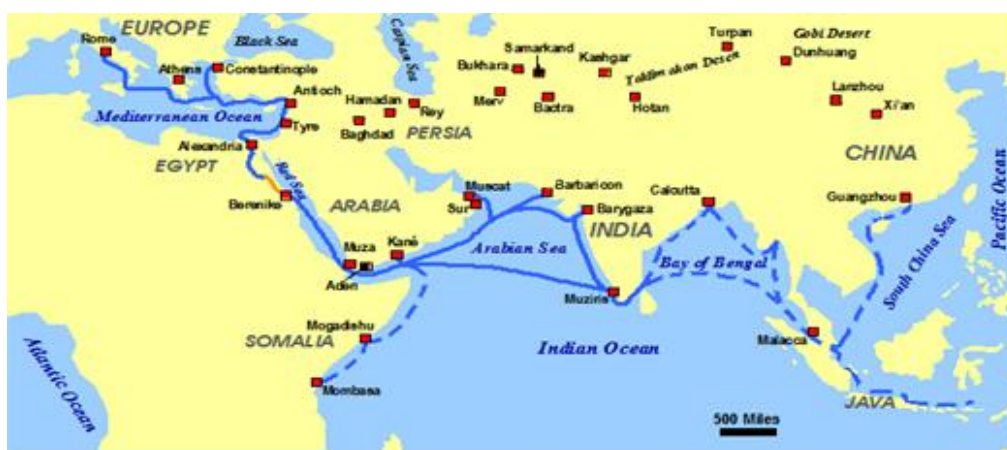


Figura 9. Mapa do Périplo do mar da Eritrêia.



Fonte: <http://de.academic.ru/dic.nsf/dewiki/1092147>

Figura 10. Rotas descritas e utilizadas por Cosme Indicopleustes.



■ Rotas utilizadas diretamente por Cosme Indicopleustes

▤ Rotas descritas por Cosme através de relatos de terceiros

Fonte: Criação própria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRWEILER, Helene. **Byzance et la mer**. Paris, Presses universitaires de France, 1966.

\_\_\_\_\_. **Byzance: les pays et les territoires**. London: Variorum Reprints, 1976.

ÁLVAREZ, S. M. C. **Relaciones entre el Imperio Romano y los Reinos del Lejano Oriente**: verificación del intercambio a través de hallazgos de monedas romanas en la ruta de difusión del budismo. In: *Semanas de Estudios Romanos*. vol. XI. Chile: Universidad Católica de Valparaíso, 2002.

ASENJO, S. S. **Vías de Relación entre Roma y China**. In: *Semanas de Estudios Romanos*. vol. VI. Chile: Universidad Católica de Valparaíso, 1991.

BALL, Warwick. **Rome in the East: the transformation of an empire**. London: Routledge, 2000.

BAYNES, Norman H. **Byzantium; an introduction to East Roman civilization**. Oxford: Clarendon Press, 1948.

\_\_\_\_\_. **Constantine the Great and the Christian Church**. 2. Ed. London, Oxford University Press for the British Academy, 1972.

BEAL, Samuel. **Buddhist Records of the Western World**. Vol. 2. Londres: [s.e.], 1906.

BEKKER, A. I. et al. **Bibliotheca histórica**. Série Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana [Scriptores Graeci]. Ed. stereot. ed. annorum 1867/68.

BLOCH, R. & COUSIN, J. **Roma e o seu destino**. Lisboa: Cosmos, 1964.

BROWN, Peter. **El Primer Milenio de la Cristiandad Occidental**. Barcelona: Crítica, s/d.

BURY, J. B. **A history of the later Roman empire, from Arcadius to Irene**. London & New York: Macmillan and Co., 1889.

\_\_\_\_\_. **History of the later Roman empire from the death of Theodosius I to the death of Justinian**. London: Macmillan and Co., limited, 1923.

CAVALLO, G. **O Homem Bizantino**. Lisboa: Presenta, 1998.

CANTOR, Norman F. **The Civilization of the Middle Ages**: completely revised and expanded edition of Medieval history, the life and death of a civilization. New York: Harper Perennial, 1993.

CREMADES, Fernando Checa. **Imágenes y Lugares**: el sitio del retrato del rey. In: Quintas Jornadas de Estudios Históricos organizadas por el Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea de la Universidad de Salamanca, 1995.

DEMÓSTENES. **As Três Filípicas**: oração sobre as questões da Quersoneso. São Paulo: Martins Fontes, [s.d.].

DIEHL, Charles. **Grandes problemas da história bizantina**. São Paulo: Ed. Das Américas, 1961.

\_\_\_\_\_. **Justinien et la Civilisation byzantine au 6. Siècle**. Paris: [s.e.], 1901.

\_\_\_\_\_. **L'Art byzantin dans L'Italie méridionale**. Paris: Librairie de l'Art, 1894.

\_\_\_\_\_. **Théodora, impératrice de Byzance**. Paris, E. de Boccard, 1937.

DUCANGE, Charles. **Glossarium ad scriptores mediae et infimae Graecitatis**. Disponível na Biblioteca Digital de estudos modernos gregos < <http://anemi.lib.uoc.gr/metadata/f/4/b/metadata-01-0000493.tkl> > Último acesso em 07/09/2009.

\_\_\_\_\_. **Glossarium mediae et infimae latinitatis**. Disponível na Biblioteca digital da Universidade de Stanford < [http://standish.stanford.edu/bin/search/advanced/process?clauseMapped\(catKey\)=612209&sort=title](http://standish.stanford.edu/bin/search/advanced/process?clauseMapped(catKey)=612209&sort=title) > Último acesso em 07/09/2009.

ELVIRA, Miguel Angel. **Experiencia y Teoria en Cosmas Indicopleustes**. Disponível em <[http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero\\_6\\_2\\_1985/experiencia\\_y\\_teor%C3%ADa\\_de\\_cosmas\\_indicopleustes](http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/erytheia/numero_6_2_1985/experiencia_y_teor%C3%ADa_de_cosmas_indicopleustes) > pg. 257. Último acesso em 13/09/09.

FINLAY, George. **Greece under the Romans**: a historical view of the condition of the greek nation from its conquest by the romans until the extinction of the roman power in the east. Disponível no Google Books em < [http://books.google.com.br/books?id=zx9-vUE6HF8C&dq=greece+under+the+romans&printsec=frontcover&source=bl&ots=gLr1ypURM\\_&sig=bzTiv4X\\_HLM5Q9GvP0XfYEH7PU&hl=pt-BR&ei=73-lSpbqF6ad8Qas6tzdDw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com.br/books?id=zx9-vUE6HF8C&dq=greece+under+the+romans&printsec=frontcover&source=bl&ots=gLr1ypURM_&sig=bzTiv4X_HLM5Q9GvP0XfYEH7PU&hl=pt-BR&ei=73-lSpbqF6ad8Qas6tzdDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1#v=onepage&q=&f=false) > Último acesso em 07/09/2009.

FRANXMAN, Thomas W. **Genesis and the Jewish antiquities of Flavius Josephus.** Rome: Biblical Institute Press, 1979.

GEANAKOPOLOS, Deno J. **Church and State in the Byzantine Empire: a reconsideration of the problem of caesaropapism.** In: *Church History*, Vol. 34, No. 4 (Dec., 1965).

GIBBON, Edward. **The History of the Decline and Fall of the Roman Empire.** Londres: Orion Publishing, 2005.

GILES, H.A. **The travels of Fa-hsien (399-414 A. D.).** Oxford: The University Press, 1923.

GREGOROVIVUS, Ferdinand. **Geschichte der Stadt Athen im Mittelalter : von der Zeit Justinians bis zur türkischen Eroberung.** München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

\_\_\_\_\_. **The Roman journals of Ferdinand Gregorovius, 1852-1874.** London: G. Bell & Sons, 1907.

HALDON, John. *Byzantium in the iconoclast period: a history.* Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2010.

HARRIS, J. R. **The Apology of Aristides.** Vol. 1, Texts and Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1891.

\_\_\_\_\_. *The social history of Byzantium.* Oxford: Oxford Press, 2008.

HIRTH, F. **China and the Roman Orient.** Shanghai & Hong Kong: Ares Publishers, 1885.

*HERODOTUS. History. Vol. III.* London: John Murray, 1862.

IMMERWAHR, Henry R. **Herodotus.** In: *The Cambridge History of Classical Greek Literature: Greek Literature.* P.Easterling and B.Knox, Cambridge University Press, 1985

KAPLAN, M.; DUCCELLIER, A.; MARTIN, B. **A idade média no oriente.** Coleção História da Humanidade. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

KONDAKOV, N. P. **Istoriia vizafituskago iskusstva i ikonografii.** New York: B. Franklin, 1970.

KRUMBACHER, Karl. **Geschichte der byzantinischen Litteratur von Justinian bis zum Ende des Oströmischen Reiches**. New York: B. Franklin, 1970.

LABARGE, M. W. **Viajeiros Medievales: los ricos y los insatisfechos**. Madrid: Nerea, 1992.

LEWIS, Martin W. & WIGEN, Kären E. **The myth of the continents: a critique of metageography**. Los Angeles: University of California Press, 1997.

LOPES, Augustus Nicodemus. **História da Interpretação Cristã da Bíblia**. Disponível em <[http://www.monergismo.com/textos/hermeneuticas/he\\_augu1.pdf](http://www.monergismo.com/textos/hermeneuticas/he_augu1.pdf)>. pg. 2. Último acesso em 04/08/08.

LOPEZ, R. **O Nascimento da Europa**. Lisboa: Edições Cosmos, 1965.

LOT, Ferdinand. **O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média**. São Paulo: Edições 70, 2008.

MEDEROS MARTIN, A. & ESCRIBANO COBO, G. **Los periplos de Eudoxo de Cízico en la Mauretania Atlántica**. In: *Gérion*. 2004, vol. 22, nº1. Universidad Complutense, Madrid, 1983. Pgs. 215-233.

MOLINA, Alejandro B. **Orbe romano e imperio global: la romanizacion desde Augusto a Caracalla**. Santiago: Editorial Universitaria, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes clássicas da Historiografia Moderna**. Tr. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

NIEBUHR, Barthold Georg. **History of Rome**. Londres: Oxford, 1845.

PACE B. **Introduzione allo studio dell'archeologia**. Ed. Mondadori, 1947.

PAGOLA, E. T. **La influencia del modelo de Alejandro Magno em la tradición escipiónica**. In: *Gérion*, 2003, 21, n. 1.

PAPARRIGÓPOULOS, Konstantinos. **Epítomos istoría tou ellinikouí**. Atenas: Mati, 2005.

PLÁCIDO, Domingo. **La chora y la oikouménē: la proyección geográfica del mundo colonial**. In: *Gerión*, n. 15, 1997.

RAMBAUD, Alfred N. **De Byzantino Hippodromo et circensibus factionibus**. New York: B. Franklin, 1962.

\_\_\_\_\_. **L'Empire grec au dixième siècle:** Constantin Porphyrogénète. New York: B. Franklin, 1962.

RIVEROS, J. M. & HERRERA CAJAS, H. **El Império Bizantino:** introducción histórica y selección de documentos. Nea Hellás, Serie Byzantini Historia I. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 1998.

\_\_\_\_\_. **El Mundo como Morada:** orden y propósito. In: Byzantion Nea Hellás n.25. Universidad de Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SCHLUMBERGER, Gustave. **L'épopée byzantine à la fin du dixième siècle.** França: Hachette & Cia, 1905. Disponível na American Libraries, em < <http://www.archive.org/details/lpopebyzantinel01schlgoog> > Último acesso em 08/09/2009.

SCHLUMBERGER, Gustave. **Numismatique de l'Orient latin.** Austria: Akademische Druck Verlagsanstalt, 1954.

\_\_\_\_\_. **Un empereur byzantin au dixième siècle, Nicéphore Phocas.** Paris: Librairie de Firmin-Didot ET Cie, 1890. Disponível na Canadian Libraries, em < <http://www.archive.org/details/unempereurbyzant00schluoft> > Último acesso em 08/09/2009.

SCHOFF, Wilfred Harvey. **Periplus of the Erythraean Sea:** travel and trade in the Indian Ocean by a merchant of the first century. New York: Longmans, Green, and Co., 1912.

SUAREZ, D. P. **Las formas del poder personal:** la monarquía, la realeza y la tiranía. In: *Gérion*, 2007. 25. n. 1.

TERTULLIAN, **De Pallio.** 4, 1. Amsterdam, 2005.

VEGA, M. J. H. de la. **Algunas reflexiones sobre los limites del oikoumene en el Imperio Romano.** In: *Gerión*, 23, n. 1, 2005.

XENOFONTE. **Anábasis.** Évora: Sementes de Mudança, 2008.

ZACOUR, N. P.; HAZARD, H. W. (ed.). **The impact of the Crusades on Europe:** a history of the crusades. Volume VI. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.